

# ***ALIANÇA***



**Linhas de Orientação**

**Programáticas**

## Índice

### Parte I

<b>GÉNESE</b> .....	<b>4</b>
<b>AMBIÇÃO</b> .....	<b>5</b>
<b>VALORES</b> .....	<b>5</b>
<b>CAUSAS</b> .....	<b>8</b>

### Parte II

<b>LINHAS DE ORIENTAÇÃO PROGRAMÁTICAS</b> .....	<b>19</b>
<b>CAPITULO I – CRESCIMENTO, COMPETITIVIDADE E TERRITÓRIO</b> .....	<b>20</b>
▶ <b>Economia e Empresas</b> .....	<b>20</b>
▶ <b>Fiscalidade</b> .....	<b>23</b>
▶ <b>MAR, um desígnio Nacional</b> .....	<b>27</b>
▶ <b>Coesão Social e Territorial</b> .....	<b>30</b>
▶ <b>Agricultura e Florestas</b> .....	<b>32</b>
▶ <b>Turismo</b> .....	<b>35</b>
▶ <b>Urbanismo e Ordenamento do Território</b> .....	<b>37</b>
▶ <b>Obras Públicas e Transportes</b> .....	<b>39</b>
▶ <b>Ambiente e Alterações Climáticas</b> .....	<b>40</b>
▶ <b>Política Energética</b> .....	<b>41</b>
▶ <b>Trabalho, Emprego e Qualificações</b> .....	<b>45</b>
<b>CAPITULO II – POLÍTICAS SOCIAIS E BEM-ESTAR</b> .....	<b>47</b>
▶ <b>Sistema de Proteção da Saúde</b> .....	<b>47</b>
▶ <b>Políticas para a Saúde e o Bem-Estar</b> .....	<b>50</b>
▶ <b>Natalidade e Envelhecimento</b> .....	<b>52</b>
▶ <b>Segurança Social</b> .....	<b>54</b>

▶ Políticas Intergeracionais.....	59
<b>CAPÍTULO III EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E INOVAÇÃO .....</b>	<b>61</b>
▶ Educação e o Ensino Superior .....	61
▶ Inovação e Investigação.....	64
▶ A Cultura e as Artes .....	67
▶ Património Nacional .....	69
▶ Comunicação Social.....	71
<b>CAPÍTULO IV ESTADO E SOBERANIA.....</b>	<b>73</b>
▶ Constituição. Sistema de Governo e Sistema Eleitoral .....	73
▶ Defesa Nacional e Segurança .....	78
▶ Finanças e Administração Pública.....	80
▶ Justiça .....	83
▶ Política Externa e Assuntos Europeus .....	85

## ▼ GÉNESE

---

A Aliança nasce da vontade coletiva, de Portuguesas e Portugueses, que querem contribuir, de forma construtiva, para uma Alternativa Política, que assuma a concretização de novos valores e referenciais renovados no funcionamento da sociedade Portuguesa.

A defesa intransigente dos valores democráticos e a necessidade de afirmação de uma sociedade inclusiva, baseada no mérito e na igualdade de oportunidades, no respeito pela história, pela cultura e pelas tradições seculares e alicerçada nos três eixos fundacionais – personalismo, liberalismo e solidariedade – constitui a génese da ALIANÇA.

Fundada em 2018, a ALIANÇA assume o desafio de renovar o panorama político, afirmando-se como a verdadeira Alternativa no quadro democrático Português. O progressivo afastamento dos cidadãos da política, a erosão dos serviços públicos, o elevado peso da carga fiscal, a ausência de uma política efetiva de crescimento, a incapacidade dos agentes políticos de potenciar os nossos recursos, a descredibilização da classe política e a emergência de soluções populistas e extremistas por todo o mundo constituem fatores que exigem a afirmação de um programa político coerente, inovador e alicerçado na defesa do bem comum, da causa pública.

Somos Portugueses. Afirmamos e defendemos, com orgulho, os princípios, os valores e os costumes que integram a identidade nacional. Reconhecemos o papel e a importância de Portugal no contexto europeu e no contexto da lusofonia, respeitando as linhas fundamentais da política externa Portuguesa. Acreditamos no projeto europeu, mas não aceitamos dogmas sobre a construção europeia. Por isso, urge adotar uma nova atitude de Portugal na Europa, num caminho que garanta a efetiva coesão social e económica entre os diversos Estados membros.

Defendemos um papel mais ativo de Portugal na promoção da língua e do espaço lusófono, numa simbiose entre a cultura e a inovação, num espaço global onde a afirmação de uma matriz cultural representa o caminho diferenciador e potenciador da marca Portugal.

A consolidação da Democracia Portuguesa e a necessidade de dar resposta aos problemas dos Portugueses, nomeadamente na saúde, na educação e na economia, constitui um imperativo de ação. Vimos para construir!

Vimos para afirmar a ALIANÇA junto da sociedade civil e contamos com todos para a construção das nossas propostas, pedindo a participação ativa e interativa de todos os Portugueses que não se conformam com o Portugal de hoje.

A ALIANÇA surge pela crença absoluta de que Portugal vale a pena. Um Partido de causas. Pela coesão social e territorial. Por um Portugal livre, justo e solidário. Por um caminho assente na ética, na honestidade e no direito à felicidade.

## AMBIÇÃO

---

A ALIANÇA tem propósitos firmes e uma Ambição para Portugal. Queremos um País que seja uma referência e um exemplo de solidariedade, cidadania e de desenvolvimento, na Europa e no Mundo.

Um País que seja capaz de oferecer aos Portugueses oportunidades de trabalho compatíveis com a formação obtida e lhes permita constituir família e viver no seu País, alcançando níveis de realização pessoal e profissional condicentes com as suas expectativas e necessidades.

Queremos Portugueses com ambição e energia para dar a Portugal o seu saber, o seu conhecimento e o seu trabalho, participando de forma inovadora e criativa, no crescimento do País e abnegando do interesse próprio pelo bem comum.

A ALIANÇA aspira a que Portugal seja um país moderno, livre, multicultural, multiétnico e que defenda os direitos humanos como o pilar fundacional da relação entre o Estado e as pessoas, acolhendo bem todos aqueles que escolham Portugal para viver e desenvolver a sua atividade profissional, no respeito pelos valores e ordem Nacionais.

A ALIANÇA defende como um verdadeiro desígnio nacional a conjugação de políticas que garantam o progresso, numa combinação perfeita entre a história secular do país e os desafios da modernidade e da inovação.

Acreditamos nos Portugueses e num futuro risonho. Acreditamos na capacidade de assegurar um desenvolvimento sustentável, preservando o ambiente, estimulando um estilo de vida saudável e promovendo um espírito de entajuda e solidariedade. Acreditamos que a matriz da Portugalidade e as premissas da identidade nacional constituem os eixos centrais de qualquer política pública. Por Portugal, pelos Portugueses, pelas gerações futuras, ousemos um país diferente. Façamos com que esta Ambição se torne a nossa realidade.

## ▼ VALORES

---

A ALIANÇA funda-se nos princípios e valores do personalismo com o respeito pela vida, pela pessoa e pela sua dignidade, assumindo-a como o centro de todas as decisões.

A ALIANÇA é dinamizadora dos valores da solidariedade na relação das pessoas com a comunidade e no modo como esta assume as suas responsabilidades e os seus deveres para com os indivíduos, promovendo o valor da justiça social, sobretudo através da igualdade de oportunidades.

Defendemos o Liberalismo como fonte da criatividade do indivíduo, garante da liberdade económica e estímulo da iniciativa privada. Em conjunto, os pilares da motivação humana e do desenvolvimento devem assegurar uma sociedade assente na justiça e no bem-estar social. Um liberalismo responsável e assente na satisfação das necessidades dos indivíduos.

A ALIANÇA defende que o mérito deve constituir a base de toda a evolução dos cidadãos na vida profissional, sendo inculcado, desde cedo, nas escolas e praticado amplamente no funcionamento das Instituições Públicas.

A ALIANÇA defende que todas as políticas públicas devem ser projetadas pensando nos Portugueses de hoje e nas gerações vindouras. A evolução demográfica obriga a uma nova perspetiva nas atividades sociais económicas e na conceção estratégica das políticas, orientadas sempre para a promoção da solidariedade intergeracional.

A ALIANÇA acredita na Família como base estruturante da organização social, da educação das crianças e jovens, do apoio aos portadores de deficiência e como parceira ativa, na resposta social do futuro, que deverá adaptar-se à alteração etária da sociedade em resultado do aumento da esperança média de vida dos cidadãos.

Respeitamos a liberdade religiosa e a dimensão espiritual na vida da pessoa, como fonte de inspiração moral e de conduta ética orientada para o próximo e para o bem comum.

A ALIANÇA afirma a relevância das Comunidades Portuguesas estabelecidas pelo mundo e quer agregar todos os Portugueses, seja qual for a geografia da sua residência, para que afirmem com orgulho a voz, a alma e a cultura Portuguesa no Mundo, sentindo que os laços da nossa identidade não podem ser quebrados. Portugueses sempre.

Assumimos a autonomia das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e a importância do Poder Local na organização administrativa e política do País porque acreditamos que as especificidades dos territórios

são valores e riquezas da Nação e que a eficácia das políticas públicas e da coesão territorial dependem muito da proximidade aos cidadãos.

A ALIANÇA defende a presença obrigatória do Estado nas funções de soberania, a intervenção firme nas funções regulatórias e a intervenção colaborativa, organizadora e subsidiária em todas as áreas em que o setor privado e privado sem fins lucrativos prestam serviços à comunidade.

A ALIANÇA é defensora intransigente da Paz e dos direitos fundamentais e respeita as linhas fundamentais da política externa Portuguesa, nomeadamente o projeto da União Europeia, da CPLP e os laços com a NATO.

Somos Europeístas, mas declinamos dogmas e imutabilidades na construção europeia. Acreditamos no projeto Europeu que respeite o princípio da coesão económica e social e isso requer Reformas em que Portugal tem de participar de forma ativa assumindo, quando se justificar, a liderança do processo negocial de transformação da União.

## CAUSAS

---

O Amor à Pátria é a inspiração e o sentido de todas as Causas da ALIANÇA. O amor aos princípios, valores e património, que caracterizam a nossa identidade e o respeito pela cultura, costumes e tradições que constituem a nossa singularidade enquanto Nação Valente, com mais de 900 anos de história, e um dos mais antigos Países do Mundo com fronteira política estável.

Queremos despertar em cada um, e em todos os Portugueses, a vontade de participar, a iniciativa de fazer, a motivação para construir e a responsabilidade de trabalhar em prol do bem comum, deixando para as gerações futuras um País mais forte, que respeite e honre a memória dos nossos antepassados, alicerçado e inspirado na nossa História, que marcou o Mundo e muitas Culturas, em todas as geografias, através do Mar que foi património de Portugal, antes de outros o conhecerem. Em política o mais importante é saber escolher as causas para haver rumo e consistência na ação política. A Aliança assume as suas.

### 1. CRESCIMENTO e COMPETITIVIDADE

Uma Economia ao serviço de mais crescimento e mais competitividade. Uma economia com liberdade para criar, inovar, investir, formar, produzir, conquistar mercados, gerar lucros e promover dinâmica económica.

A ALIANÇA assume a necessidade de incentivar o investimento do setor privado, estimular o empreendedorismo dos jovens e criar um ambiente empresarial dinâmico que gere mais emprego e contribua para o aumento das exportações e da produtividade.

Uma Nação Criativa, com um Estado orientado para servir e desbloquear, assumindo-se como parceiro das Empresas e primeiro apoiante da iniciativa privada, porque só o investimento privado, pode ajudar Portugal a crescer sustentadamente.

E aos empresários deve ser exigida uma conduta de responsabilidade social não se limitando à aplicação de remunerações mínimas se o seu negócio e atividades puderem suportar incrementos salariais. O salário mínimo nacional não deve ser encarado como referencial de prática mas apenas e exatamente o que pretende ser, o mínimo.

Portugal tem que crescer mais, exportar mais, melhorar a produtividade e atrair mais investimento estrangeiro. Sem crescimento não pode haver desenvolvimento nem sustentabilidade do Estado Social que acima de tudo queremos proteger.

Portugal tem de apostar numa Economia mais Criativa, mais Diversificada, mais Produtiva e mais Competitiva, com crescimentos ao nível dos 3% e acima da média europeia. A nossa estrutura económica tem de assentar na diversificação dos setores produtivos, dos serviços e das tecnologias, como garante da sua solidez estrutural e resiliência às conjunturas adversas nacionais e internacionais.

A ALIANÇA defende uma Economia que assente na iniciativa privada, na criação de boas condições às Empresas, para o desenvolvimento das suas atividades, para o investimento e reinvestimento e na captação do investimento externo, contribuindo para uma estratégia global de mais produção, mais produtividade e mais crescimento.

Uma Economia pujante, capaz de transformar e criar valor a partir de todos os seus recursos: os recursos naturais; a cultura; o ambiente; o mar; os produtos autóctones; o património e os recursos humanos, todos eles mais-valias decisivas para o tecido empresarial Português. Portugal tem de criar riqueza e valor, transformando em oportunidade económica tudo o que possui de singular, exclusivo e raro, o que constitui a sua vantagem competitiva mais genuína, óbvia e única.

O crescimento e a competitividade do País têm uma ligação estreita com a estabilidade fiscal, o nível de tributação, a eficiência do Estado e a celeridade do sistema de Justiça, por isso a ALIANÇA entende que esses são vetores transformacionais da competitividade Nacional.

## **2. UM SISTEMA DE SAUDE DE QUALIDADE PARA TODOS**

A Saúde é a principal fonte de preocupação e de insegurança, presente e futura, dos Portugueses. Cada um de nós sente, com angústia, quando o sistema falha na resposta de cuidados aos nossos Pais, Filhos e Amigos.

O acesso à Saúde não é igual para todos os Portugueses. Uns podem escolher onde querem ser tratados, mas outros, os mais necessitados e frágeis, ficam limitados à capacidade de resposta do “prestador público” que está, neste momento, com um preocupante défice de capacidade para responder aos tantos e novos desafios na área da saúde.

A ALIANÇA defende a reorganização do Setor da Saúde de forma a transitar para um modelo assente na universalidade do seguro de saúde com o objetivo de garantir a igualdade de acesso a todos os Portugueses, inspirando-se nos Países que já aplicaram este sistema, por exemplo a Suíça, Holanda ou Alemanha.

Partilhamos, com todas as forças políticas, a ideia de que o SNS foi uma das maiores conquistas da Democracia, mas afirmamos, com frontalidade e verdade, que o Sistema está em desagregação e falência, pelas mãos, e no tempo, daqueles que há décadas teoricamente o defendem, com retórica inconsequente. Greves, falha de medicamentos, subfinanciamento, atrasos inadmissíveis na prestação de cuidados, condições de assistência deploráveis, guerra aberta entre os profissionais do setor mas, mais grave, a inépcia e falta de ação deste Governo perante o descalabro a que assistimos, ignorando os avisos da comunidade profissional que não se tem cansado de implorar uma ação urgente do Governo e que, face ao silêncio, tem respondido com firmeza e consequências dramáticas, entregando a chave dos seus cargos, para não compactuar com um tal atentado a um direito fundamental.

Sobre o Sistema de Saúde a ALIANÇA quer afirmar que não participará no debate estéril sobre a natureza, pública ou privada dos prestadores de saúde. Essa tem sido a discussão que mais tem prejudicado e adiado a resolução dos problemas estruturais do Sistema, impedindo a construção de uma solução consensual e racional, que resolva as verdadeiras causas da inoperância e ineficiência do Sistema de Saúde.

A discussão sobre a natureza pública ou privada dos prestadores de saúde é um exercício que não tem qualquer enquadramento na realidade e só se explica por obsessão ideológica. Tomando como exemplo os hospitais, 51% são privados, 49% são públicos e 70% da totalidade das camas de internamento são públicas mas 30% são privadas.

A ALIANÇA quer contribuir para um sistema que proteja a saúde dos Portugueses com pragmatismo, verdade, qualidade e sem preconceitos. Por isso importa desfazer os equívocos que alimentam o debate político e público há décadas.

Quanto ao Financiamento do sistema, sendo maioritariamente público, cerca de 30% é financiado diretamente pelas famílias, via medicamentos, taxas moderadas e seguros privados neste caso, duplicando o esforço financeiro para o mesmo fim.

A ALIANÇA defende uma política de gestão da qualidade dos serviços de saúde exigente, que coloque os prestadores públicos, privados e sociais em igualdade de tratamento e que imponha benefícios e penalizações na execução dos contratos de prestação de serviços às unidades que não garantam os níveis de segurança dos doentes, independentemente de serem unidades públicas ou privadas.

Os sucessivos Governos têm menosprezado a saúde preventiva e a promoção dos hábitos de vida saudável. Contudo, esta é uma abordagem urgente que tem de ser concretizada, para bem da saúde dos Portugueses e como forma de prevenir as doenças evitáveis que tem um enorme peso nas contas da saúde.

### **3. LIBERDADE, RESPEITO, MÉRITO, DECÊNCIA, ORDEM E AUTORIDADE**

ALIANÇA defende que não pode haver tréguas nem molezas no combate à corrupção, doa a quem doer. Durante muito tempo, muitos de nós, recataram o debate sobre a corrupção por respeito à reputação internacional da Nação. Mas esse escrúpulo, este recato, deixou de fazer sentido porque a realidade dos factos e a sua divulgação noticiosa, ultrapassaram as fronteiras nacionais e Portugal tem visto sucessivamente o seu nome ser manchado por processos e casos que envergonham e embaraçam todos os Portugueses, os que vivem no território nacional e a Diáspora.

Esta década tem sido muito difícil para Portugal: o resgate financeiro; os casos de corrupção em várias áreas e domínios; o aproveitamento público para fins particulares e um sem número de casos envolvendo empresários, bancos e instituições públicas e privadas.

É preciso agir e tomar decisões políticas firmes, criando condições para que a Justiça funcione, não só com independência, mas também com a celeridade adequada à eficácia do poder que lhe está atribuído, de investigar e julgar.

A corrupção e o mau funcionamento da Justiça são ingredientes cuja combinação é fatal e está na origem da decadência da nossa Democracia e na falta de Liberdade que os Portugueses sentem, seja no acesso aos seus direitos, seja na incapacidade de reagir perante um Estado excessivo e opressivo.

A ALIANÇA não pactua, com o silêncio perturbador, com que as instituições, a classe política, alguma comunicação social e alguns comentadores políticos, explicam, interpretam e por fim emudecem, perante os ultrajes a que os Portugueses têm sido submetidos, tratando com imprópria normalidade, factos e ocorrências muito graves na esfera das organizações e instituições do Estado.

A ALIANÇA afirma que a Decência e a Ordem têm que ser restabelecidas. Nas atitudes, nos comportamentos individuais e sociais, no relacionamento institucional, na conduta pública, no respeito e na solidariedade com o próximo, no respeito pela autoridade e no exercício dos cargos políticos e públicos.

A Sociedade, os comportamentos das pessoas, são profundamente sugestionados por aqueles que exercem o poder. Por isso, quando o poder é exercido sem escrúpulos, com discricionariedade, sem respeito e sem mérito, a sociedade é perniciosamente influenciada. Uns deixando de acreditar e confiar, outros desanimando e pior, outros mimetizando o mau exemplo, pela assunção de que tudo vale.

A ALIANÇA defende que Portugal tem de conseguir restabelecer a sua cultura, a prática dos bons valores e da ética, características da sua identidade, para reconquistar a reputação e prestígio de Portugal no Mundo.

O Estado tem que dar o exemplo e ser exemplar. Na justiça, na educação, na ética, na política de redistribuição, na solidariedade, na fiscalidade, no exercício da autoridade e na gestão dos dinheiros públicos.

Por respeito a todos aqueles que vivem do seu trabalho, que cumprem as suas obrigações e por todos os Portugueses, a ALIANÇA não vai silenciar este estado de degradação moral a que chegámos.

A ALIANÇA vem para falar com verdade nos temas que incomodam alguns mas que envergonham as pessoas de bem, para construir um País às Direitas.

## **4. COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL**

A Aliança assume a Coesão Social e Territorial, leia-se desenvolvimento equivalente de todo o território nacional, como um pilar da sua atividade política. Queremos enfrentar e contrariar a desertificação, o despovoamento do território e o abandono do Interior, seja através de políticas fiscais incentivadoras do investimento em territórios despovoados, seja através da descentralização de entidades e serviços, aproveitando as oportunidades oferecidas pela “era do digital” que permite hoje ultrapassar as barreiras da distância física.

O policentrismo das instituições de ensino superior e as economias geradas em seu redor são um bom exemplo do caminho que deve ser prosseguido para fixar as novas gerações nos seus territórios de origem. O Estado, através das instituições públicas responsáveis pela angariação do investimento externo – AICEP – deverá considerar na negociação das contrapartidas do investimento estrangeiro a sua localização no Interior, induzindo assim políticas inclusivas para os territórios menos populosos e mais esquecidos. O Estado tem de assumir a responsabilidade de promover o desenvolvimento e a qualidade de vida em todo o seu território.

## **5. FISCALIDADE**

Ao nível Fiscal a ALIANÇA defende que toda a margem orçamental disponível deve ser orientada para a desoneração da fiscalidade das Empresas e dos Contribuintes.

Portugal tem uma taxa efetiva de IRC que pode chegar a 31,5% (taxa de IRC, derrama estadual, municipal) que compara com a média da UE de 21,3%, menos 10 pontos percentuais. Isto sem contar com as tributações autónomas, que oneram ainda mais as Empresas.

A Irlanda, Reino Unido e Dinamarca têm taxas, respetivamente, de 12,5%, 19%, 22% e, no caso de Espanha, concorrente direto de Portugal, o IRC é de 25%, menos 6,5 pontos percentuais.

Com um nível de fiscalidade que compara mal com os Países nossos concorrentes, na verdade, o que mais contribui hoje para a competitividade do País é a mão-de-obra qualificada e barata que Portugal oferece. Esta realidade tem de mudar, porque é uma vantagem competitiva feita à custa do empobrecimento das Pessoas e das Famílias Portuguesas.

A ALIANÇA defende que Portugal deve ser um País competitivo e um destino atrativo para o investimento estrangeiro, mas por Boas Razões: ter empresas socialmente responsáveis e bem geridas; taxas de IRC competitivas; um Estado facilitador, ágil e credível, que garanta estabilidade fiscal e um sistema de Justiça rápido e eficiente.

A ALIANÇA assume a defesa da redução da taxa de IRC e das derramas, retomando o trabalho produzido pela Comissão da Reforma do IRC em 2013.

A tributação do Trabalho em Portugal atingiu níveis insustentáveis podendo chegar aos 60% do rendimento global. Os 40% que remanescem são ainda gastos em serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado, como a saúde e a educação, e que não são contemplados como deduções efetivas.

A progressividade do IRS é, hoje, uma falácia que precisa de ser esclarecida. Na verdade, os escalões em vigor têm limites demasiado amplos agregando rendimentos muito díspares, sendo tributados os rendimentos mais baixos com taxas só admissíveis para níveis de rendimento muito superiores.

Esta constitui uma das razões decisivas para tantos jovens, os mais qualificados de sempre, estarem a procurar melhores condições de vida no estrangeiro. Só que com eles levam, também, o investimento que o Estado fez em educação e conhecimento durante 23 ou mais anos.

É um absurdo mas é verdade! Chegando ao fim da sua formação, e quando Portugal podia aproveitar e ser ressarcido do investimento feito em educação, estes Jovens vão embora, levando de bandeja, e sem contrapartida, todas as suas competências em proveito do País de destino e em prejuízo de Portugal.

A ALIANÇA não se conforma com esta situação de verdadeira sangria de talentos e cérebros nacionais que tanto podiam contribuir para o progresso e o desenvolvimento económico de Portugal. A ALIANÇA

defende a criação de escalões de IRS adequados e proporcionais aos rendimentos, às características e condições específicas do agregado familiar.

## 6. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

A Educação e a Qualificação dos Portugueses são os pilares indispensáveis para a transformação estrutural da nossa Economia cuja solidez depende de uma estratégia orientada para a investigação e inovação.

No contexto competitivo em que Portugal se tem que afirmar, é necessário ter talentos humanos, com competências diferenciadas, altamente preparados e especializados, para fazer face a uma economia global em permanente dinâmica e com desafios sempre novos.

A ALIANÇA defende que a prática educacional tem que ser motivadora, assente na valorização e reconhecimento do mérito, do trabalho e da responsabilidade, comprometida com uma cultura empreendedora e de prática científica.

Defende-se um sistema educativo e de qualificações que promova desde cedo a articulação entre a vertente teórica e a vertente prática e o gosto pela experimentação, privilegiando o espírito de iniciativa e a atitude inovadora.

A Educação tem que se preparar para a velocidade da mudança. As competências académicas tem que ser completadas com a vertente humana, social, comunicacional e cultural. A formação tem que abordar o desenvolvimento das crianças e jovens de uma forma integrada dando-lhes ferramentas que lhe permitam a flexibilidade necessária para um mundo em mudança vertiginosa que não se compadece com sistemas conservadores referenciados apenas pelo saber já adquirido.

O saber faz-se pela investigação. Por isso a aprendizagem tem que se focar na procura do conhecimento, na prática experimental e na investigação. As qualificações tem que ser adquiridas no contato direto com a realidade e assegurando um correto ajustamento entre a oferta formativa e as necessidades concretas do mercado de trabalho.

A ALIANÇA defende uma reestruturação da oferta formativa, que exercite a inteligência, numa ótica de construção de qualificações adequadas às tendências do mercado, do tecido empresarial e dos *clusters* tecnológicos.

As qualificações dos Portugueses são a chave para o crescimento económico, para o aumento da produtividade e para um país mais rico mais solidário e mais livre.

## 7. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Portugal e o mundo inteiro está confrontado com um dos maiores desafios de sempre, a seguir à Fome. Nos últimos anos, têm-se intensificado fenómenos meteorológicos adversos, com amplitudes térmicas a ultrapassar largamente os valores históricos, bem como alterações no padrão da precipitação, com chuvas muito intensas num curto período de tempo, causando inundações e outros períodos de secas prolongadas. Esta tendência tem-se acentuado na última década. Os invernos estão mais curtos e as ondas de calor mais fortes e frequentes, originando incêndios que consomem cada vez mais e maior área florestal, causando elevados índices de mortalidade.

Os impactos das alterações climáticas são reais e com efeitos devastadores no ambiente e na sociedade. São significativas as perdas na agricultura e na biodiversidade, o impacto na saúde com potencial origem de epidemias e surtos, tais como o surto de “dengue” que ocorreu na Ilha da Madeira e de Porto Santo, bem como o aumento dos problemas respiratórios nas populações mais suscetíveis, devido às condições atmosféricas.

As alterações climáticas, traduzidas em frequentes inundações, furacões, amplitudes térmicas e outros fenómenos, têm causado enormes prejuízos ao país pela destruição visível de casas e estabelecimentos comerciais, estimando-se custos, desde a década de 80, superiores a 7 biliões de euros.

Trata-se de um fenómeno global, de dimensões imprevisíveis mas com consequências certas, na subida do nível do mar, na redução das reservas de água, na extinção de espécies animais e vegetais, entre muitas outras.

A redução da emissão dos gases, com efeito de estufa, é uma prioridade científica, por ser uma das origens do continuado aumento das temperaturas, resultantes do modo de vida que adotamos, no modo e na forma como interagimos com a natureza, como nos afirmamos como ser humanos na sociedade e até decorrente da nova ordem económica, a era da globalização.

Portugal se bem que pouco contribua para o fenómeno, atendendo a sua dimensão, será tão afetado nas consequências como qualquer outro país devendo, também por isso, assumir um papel de responsabilidade e de relevância na adoção de políticas e comportamentos, que contribuam para contrariar o processo de agravamento do aquecimento global.

A Aliança defende a adoção de políticas e medidas de ação prioritárias para mitigar os riscos, e prevenir as atividades, os processos e os hábitos que contribuem em maior ou menor escala para o fenómeno das alterações climáticas, antes que a situação se torne irreversível e os seus impactos catastróficos.

## 8. UM SISTEMA POLÍTICO MODERNO E PRÓXIMO DOS CIDADÃOS

A Democracia exige o contributo de todos. Num momento de consolidação do processo democrático importa aproximar os eleitos dos eleitores. O progressivo afastamento dos cidadãos da política, visível através do aumento exponencial da abstenção eleitoral, constitui um entrave efetivo à qualidade da Democracia e ao acompanhamento do trabalho realizado pelos nossos representantes.

Importa abrir o sistema político e eleitoral à sociedade civil. A visão da ALIANÇA está centrada em três eixos fundamentais: a qualidade e a proporcionalidade da representação; a questão da governabilidade e a qualidade da Democracia.

O funcionamento do sistema eleitoral conduz ao desperdício de centenas de milhares de votos. Esta situação coloca em causa um dos princípios elementares do funcionamento da Democracia: a questão da representatividade. A ALIANÇA defende a introdução de um sistema eleitoral que combine círculos uninominais e um círculo nacional de compensação. Esta alteração visa garantir a escolha direta dos nossos representantes e, simultaneamente, assegurar a pluralidade partidária.

Com o objetivo de melhorar a qualidade da representação e promover a melhoria do trabalho parlamentar, a ALIANÇA defende a redução do número de deputados, indo ao encontro do estipulado na Constituição da República, bem como a limitação de mandatos, promovendo a necessária renovação do Parlamento. A ação dos deputados deve pautar-se pela honestidade, meritocracia, rigor e transparência.

Um dos pilares para assegurar a soberania do país prende-se com a coesão territorial. Importa, por isso, assegurar a representação de todas as regiões do país através do Senado, passando o sistema político Português a ser bicameral. O número de Senadores será determinado em função da redução do número de deputados na Assembleia da República.

A instabilidade associada ao sistema político Português é constatada pela sucessão de processos eleitorais e pelo reduzido número de governos a cumprir a totalidade do respetivo mandato. Esta instabilidade constitui um entrave ao crescimento e à adoção de políticas que extravasem o período de uma legislatura.

A visão da ALIANÇA alicerça-se num Portugal moderno, desenvolvido, assente na meritocracia e na igualdade de oportunidades. **Um Portugal que honre a sua história** e abrace os desafios do futuro.

**A consolidação da Democracia Portuguesa** é um imperativo nacional e deve obrigar todas as forças políticas e toda a sociedade civil a um esforço conjunto para a defesa dos valores e princípios democráticos.

O reforço da legitimidade da Democracia faz-se através da defesa intransigente de um sistema que premeie os melhores e mais capazes da Nação e que combata, de forma sistemática, a corrupção.

A ALIANÇA defende a existência de uma **sociedade inclusiva**, multicultural e assente nos princípios da ética e da moral.

A Democracia deve ser uma conquista diária, através da ação exemplar dos nossos representantes e através do exercício de **uma cidadania ativa, consciente, responsável e participativa**.

## 9. UMA NOVA ATITUDE NA EUROPA

A ALIANÇA assume as linhas fundamentais da política externa portuguesa, nomeadamente o projeto da União Europeia mas isso não significa que aceitemos tudo o que vem de Bruxelas, de Berlim, de Paris ou de Madrid.

Somos Europeus e Europeístas mas não aceitamos dogmas sobre a construção europeia. Portugal pode e deve saber imprimir rumos e convergir para novos caminhos da Europa.

Queremos uma Europa mais humana, que pense e decida para as Pessoas e para os Portugueses.

Não queremos uma Europa tecnocrática, fechada nos corredores de Bruxelas, com uma linguagem exotérica, sem prestar contas a ninguém.

Queremos uma Europa que una os europeus, com princípios e com valores, que tenha como principal objetivo realizar a coesão económica e social e que crie condições para que todos, mas todos os europeus, do norte, do leste e do sul, possam ter acesso às mesmas condições de vida, à mesma saúde, ao mesmo sistema de ensino e às mesmas oportunidades.

Queremos uma Europa nova, que utilize de outra forma as capacidades e disponibilidades que tem, decisiva para o progresso, que respeite as identidades dos Países Europeus, aberta ao mundo e não uma Europa com muros.

É nesta Europa que a ALIANÇA acredita e assim a defenderemos em Bruxelas e aqui em Portugal.

## 10. POBREZA E IGUALDADE, TOLERÂNCIA ZERO

A ALIANÇA quer trabalhar para abolir a pobreza extrema, abolir a pobreza infantil e abolir a pobreza dos homens e mulheres que trabalham, cumprem os seus deveres como cidadãos e, ainda sim, permanecem na franja da sobrevivência, realidade esta que abrange 2,4 milhões de Portugueses.

Acreditamos que a pobreza existente em Portugal não é admissível e, sobretudo, não é uma fatalidade. Portugal pode, se quiser, se todos quisermos, erradicar a pobreza. A ALIANÇA tudo fará para que assim aconteça. É indecoroso e vexatório que, após 900 anos de história, séculos de conquistas e glórias e décadas de Democracia e depois de 140 mil milhões de euros recebidos de Fundos Comunitários: 20 milhões/por dia útil; 2 milhões por dia/ por habitante, durante 32 anos, Portugal permaneça pobre, com uma divergência inaceitável relativamente aos Países Comunitários, em rendimento *per capita*, equivalendo a 75% da média europeia.

Mas não é assim para todos. Na verdade o índice de desigualdade é constrangedor: 20% dos mais ricos têm rendimentos 5,7 vezes mais elevados do que os 20% mais pobres.

O Estado, os sucessivos Governos, em maior ou menor grau, todos nós somos responsáveis: escolhas menos corretas; prioridades menos justas; políticas intermitentes; organizações mal geridas; corrupção; passividade e inércia. De tudo um pouco está na origem de mantermos hoje taxas de pobreza de 23,4% e um Portugal profundamente desigual.

Eliminar a pobreza é uma causa maior que apenas depende da vontade e das escolhas políticas por isso a ALIANÇA vai assumir esta Causa promovendo um acordo pluripartidário para a alcançar.

# **Linhas Estratégicas Programáticas Setoriais**

## Capítulo I – Crescimento, Competitividade e Território

### Economia e Empresas: duas dimensões indissociáveis para viabilizar, sustentadamente, um País mais Rico com ambição social

Portugal está em **franca divergência com a Europa**, desde o início do presente século, pelo significativo declínio do crescimento económico e por uma evolução demográfica que acentua as dificuldades de sustentação do Estado Social que tanto queremos preservar.

Entre 2001 e 2007 Portugal teve o **pior nível de investimento da zona euro**, o que foi agravado pela crise internacional a partir de 2008. De acordo com as estatísticas da AMECO o investimento real em Portugal foi negativo, -1,4% ao ano entre 2001/2007 e de -3,2% entre 2008/2016.

Apesar de uma conjuntura adversa as **Empresas Portuguesas** provaram, no período de assistência financeira a Portugal, uma capacidade ímpar de ultrapassar as dificuldades, adaptando-se às exigências e alterações de um mercado interno em profunda contração.

O aumento verificado nas exportações, ambiente de profunda hostilidade, proporcionaram saldos positivos da balança comercial e esta é a maior **prova da resiliência e capacidade criativa** e transformacional do tecido empresarial português.

A ALIANÇA acredita, de forma convicta, nas **Empresas Portuguesas**, e na sua capacidade de iniciativa, como **motores de uma economia mais competitiva**, mais criativa e mais produtiva tendo como destino, sobretudo, a produção para o mercado externo.

Os setores que se revelaram mais dinâmicos serão, em princípio, os que apresentam **um maior potencial de crescimento** com destaque para aqueles cujo incremento médio nominal rondou os 6% devendo por isso constituir focos setoriais em que Portugal deve intensificar a sua ação nos próximos anos, designadamente:

- ▶ O “cluster” automóvel, agregando vários destes setores, representa já 20% das exportações
- ▶ Os setores ditos tradicionais como o calçado e têxtil, onde as melhorias alcançadas têm sido notáveis com exportações acima da média;
- ▶ A agricultura, floresta e agroindustrial tem condições para prosseguir os bons resultados dos últimos anos sendo aspirável uma taxa de cobertura das importações de 100% até 2020;

- ▶ As fileiras do papel e da cortiça cresceram abaixo da média nos últimos anos, mas espera-se a sua recuperação breve;
- ▶ A economia digital, onde alcançámos a mais alta taxa de crescimento das exportações, tem-se revelado uma fonte consistente de expansão da atividade, triplicando o volume nos últimos seis anos;
- ▶ Os serviços de informática apresentaram uma notabilíssima taxa de crescimento, quase triplicando nos últimos seis anos. Este sucesso pode ser prosseguido, embora seja necessário assegurar que há recursos humanos qualificados para o efeito;
- ▶ Os serviços técnicos e de consultoria também têm tido uma evolução muito expressiva, representando já 6% do total das exportações.

Estes casos, com bom desempenho, devem servir de exemplo e motivação às empresas Portuguesas provando que Portugal pode crescer mais e melhor. Contudo, o ambiente económico é fortemente prejudicado, em razão de três principais constrangimentos que devem ser prioritariamente resolvidos: a) o nível e estabilidade fiscais; b) a morosidade da Justiça e c) a complexidade administrativa das instituições públicas.

A ALIANÇA entende que é necessário empreender um conjunto de políticas e de mudanças estruturais para que Portugal seja um destino de excelência para o investimento e por isso adiantam-se as seguintes linhas de orientação estratégica:

- ▶ Um Estado comprometido com o crescimento económico que crie condições favoráveis às Empresas, descomplicando processos, decidindo mais rapidamente e criando confiança e estabilidade fiscal;
- ▶ Um Estado transparente, parceiro, facilitador e libertador dos constrangimentos de natureza administrativa que constituem a maior força de bloqueio da iniciativa privada;
- ▶ Um Estado exemplarmente eficiente, simplificando os seus processos e sobretudo não empatando as boas iniciativas privadas;

Do ponto de vista fiscal, Portugal compara mal com os Países, nossos principais concorrentes, em termos de acolhimento de investimento estrangeiro.

Embora a taxa nominal de IRC de 21% esteja em linha com a média dos Países da OCDE, que é de 22,5%, ao fazermos a comparação com a totalidade das taxas acessórias “*all in*” (taxa IRC, derramas e tributação autónoma) a situação inverte-se e Portugal apresenta uma taxa de 29,5%, mais 4,8 pp do que a média dos países que é de 24,7% (dados de 2016).

Esta situação demonstra, por um lado, a menor competitividade fiscal de Portugal, como denuncia uma prática, um expediente, muito característico do Estado, de criar adicionais de taxas que retiram transparência às políticas públicas, e distorcem análises mais simplistas.

Neste contexto, e com este enquadramento, a ALIANÇA defende políticas públicas aliadas das Empresas, com as seguintes orientações:

- ▶ Criar um clima propício e de incentivo ao Investimento Nacional e Estrangeiro maximizando as condições de apoio para **localização em territórios mais desertificados**;
- ▶ Promover o aumento do peso das exportações no PIB, orientando-as para mercados mais exigentes que requerem uma **capacidade produtiva mais sofisticada** e complexa promovendo uma diferenciação positiva, e assim, ganhar mercados em que a qualidade e a excelência não está ao alcance de todos;
- ▶ Promover a dinamização do tecido empresarial sobretudo nas indústrias de bens transacionáveis, com intensidade tecnológica, através de uma forte ligação entre as PME e os centros de investigação e universidades, **concorrendo massivamente aos Fundos e Instrumentos Financeiros da União Europeia** (política interna), que historicamente são pouco aproveitados pela nossa Economia;
- ▶ Promover uma **estratégia de diversificação do tecido empresarial** que mitigue o risco da nossa economia estar fortemente dependente de setores específicos com peso relevante na composição das exportações portuguesas;
- ▶ Conceber um modelo, sem distorcer o mercado, que **facilite o financiamento das PME** que queiram investir em setores produtivos estratégicos, com financiamento atrativo e a médio e a longo prazo, desde que demonstrada a sua sustentabilidade económica e financeira e mais uma vez o **recurso a fundos da UE**;
- ▶ **Estabilizar a legislação fiscal** e retomar o estudo elaborado em 2013 para a Reforma do IRC estabelecendo um programa para a redução da taxa de IRC.

A ALIANÇA defende, com convicção, que **Portugal pode crescer muito mais** e tem todas as condições para conseguir e atingir no médio prazo, melhores condições de vida e de bem-estar, o que constitui a Ambição de todos os Portugueses.

A ALIANÇA afirma que **não é interessante para a economia nacional** competir com base nas vantagens de preço baixo, mas sim através de produtos que incorporem mais valor acrescentado, obtido através do recurso a técnicas e soluções inovadoras e de mão-de-obra muito qualificada.

Só assim conseguiremos fatores de competitividade sustentáveis alicerçados em capacidades diferenciadas muito valiosas.

## Fiscalidade como estímulo virtuoso do trabalho, da ambição, do investimento, da iniciativa privada e do crescimento económico

A ALIANÇA defende que o Sistema Fiscal Português deve ser revisto e sujeito a um acordo pluripartidário que lhe garanta estabilidade num tempo longo.

**A incerteza e a permanente alteração de taxas e benefícios**, e a definição de regras ínvias que apenas respondem à facilidade de mais receita fiscal, são profundamente penalizadoras para as **Pessoas e para as Empresas**, e afastam os bons investidores que olham com dúvidas para um Estado pouco fiável quanto à duração das condições fiscais que estabelece.

A ALIANÇA afirma que a **certeza jurídica e as legítimas expectativas dos contribuintes** devem ser preservadas, só assim se permitindo assegurar um caminho eficaz para a competitividade fiscal do País.

As receitas do Estado em sede de IRC, na ordem dos 5,5 milhões de euros anuais, representam 31,4 % da receita de impostos diretos e têm subido de forma significativa nos últimos anos, 2015, 2016 e 2017.

Para 2019 há a expectativa de arrecadar a receita mais elevada de sempre, **com um aumento de 12,5%** face a 2018 e uma estimativa orçamental de €6.336,80M, mesmo considerando a dispensa de realização do Pagamento Especial por Conta definida no último Orçamento do Estado. O número de sociedades constituídas em Portugal tem vindo a aumentar, bem como o lucro declarado pelas mesmas.

Mas esta receita aumenta, porque assenta em mecanismos criados em períodos excecionais – e como tal expressamente constituídos – que não foram, mesmo após decorrida a excecionalidade invocada, revertidos por este governo. O mesmo é dizer que a receita cobrada em IRC assenta em pressupostos que não deveriam manter-se atualmente.

**A competitividade do País nesta sede é reduzida.** Basta atentar à classificação de Portugal no âmbito dos Países da OCDE quando considerado este imposto: Portugal apenas é suplantado por França quando analisada a taxa efetiva de IRC que incorpora IRC, derrama estadual, derrama municipal. Tal nem contempla a tributação autónoma, que tanto onera as Empresas e a sua atividade.

A taxa média de IRC na União Europeia é de 21,30%, o que significa que Portugal procurou ficar na média europeia quanto à taxa nominal (21% em geral, 17% para os primeiros €15.000,00), mas fixou taxas adicionais que representam mais 11,5 pontos percentuais.

Quando comparado com concorrentes diretos na captação de investimento (Espanha, por exemplo), **Portugal tributa mais 6,5 pp para empresas de maior dimensão.**

A ALIANÇA entende que **a fiscalidade é um pilar importante para sustentar o crescimento das Empresas e para atrair investimento** devendo Portugal colocar-se numa posição fiscal competitiva face a outros Países, pelo que pretende apresentar políticas com as seguintes orientações estratégicas:

- ▶ **A redução gradual da taxa de IRC**, retomando o trabalho levado a cabo pela comissão que procedeu a reforma do IRC destinada a promover a competitividade, o crescimento e o Emprego;
- ▶ **A redução gradual da derrama estadual** (que incide sobre o lucro tributável e não sobre a matéria coletável, ou seja, desconsidera eventual dedução de prejuízos de anos anteriores) e que varia entre os 3%, 5% e 9% consoante o lucro tributável seja até 7,5 M; 35 M ou superior a 35 M;
- ▶ **A redução gradual da derrama municipal** (até 1,5% do lucro tributável das empresas, ou seja, sem consideração de eventual dedução de prejuízos), e que representa hoje uma componente muito importante no orçamento dos grandes municípios (em Lisboa por exemplo, €98M, em 2017);
- ▶ Estudar a redução da participação relevante para efeitos de participation exemption (exclusão de tributação de lucros e reservas distribuídos, bem como de mais-valias e menos-valias com a transmissão onerosa de partes sociais) de 10% para 5% (como anteriormente existente), no sentido de incentivar o investimento;
- ▶ Alargar o período de reporte de prejuízos fiscais para 10 anos para as empresas que não sejam PME;
- ▶ Rever o regime da transparência fiscal, no sentido de adequar o mesmo à realidade, sem prejuízo da sua natureza de combate à evasão fiscal.

A receita líquida de IRS em 2017 foi de €12.230,1M, correspondendo a 66,7% da receita total de impostos diretos e 28,5% da receita fiscal global. Os anos de 2013, 2014 e 2015 foram anos de elevado crescimento desta receita em razão da “austeridade” sobre o trabalho e as famílias.

Para 2019, o OE contém uma previsão de receita de IRS de €12.905M, mais cerca de €762M em relação à previsão de 2018, um aumento de 6,2%.

De acordo com os rankings da OCDE, Portugal tem das taxas de IRS mais altas, 50%. E se fizermos uma análise comparativa “all in”, ou seja, incluindo as contribuições para a Segurança Social, pode atingir taxas de 61%, o pior indicador da OCDE.

Para uma melhor percepção da excessiva tributação dos rendimentos do trabalho tome-se o exemplo de um contribuinte casado, com 2 filhos que ganhe €2000 brutos: terá de retenção imediata na fonte 32%, ficando com 1.360 euros líquidos. Se não tiver filhos, a retenção será de 36%.

De acordo com os dados oficiais, referentes aos rendimentos de 2016, e declarações entregues em 2017, a maioria dos agregados familiares que paga IRS tem rendimentos entre €10.000,00 e €40.000,00. A aplicação das tabelas atuais pode determinar uma taxa de até 37% ou mesmo 45%.

Ou seja, um agregado com rendimento coletável de €40.000,00 é, de acordo com os padrões atuais, um agregado rico que deve pagar 45% de IRS – sem considerar segurança social, o que aumenta esta taxa em mais 11 pp.

Como incentivar os contribuintes a ambicionar mais, a constituir família, a manter níveis razoáveis de consumo e ainda poupar, se mais de metade do rendimento do seu trabalho é para entregar ao Estado? E quando, adicionalmente, o Estado não retribui com a qualidade exigível o acesso à Saúde?

A ALIANÇA não se conforma com esta estrutura de tributação do trabalho e, por isso, defende e vai fazer um estudo aprofundado desta realidade no sentido de propor:

- ▶ **A revisão dos escalões de IRS**, aumentando o número e/ou alargando os seus limites e garantindo uma efetiva progressividade que contemple a realidade económica e social do País;
- ▶ **A eliminação da taxa adicional de solidariedade**, criada em 2012 com base em pressupostos extraordinários que não se verificam atualmente;
- ▶ **O aumento das deduções fixas à coleta por dependente** (hoje de €600,00) e ascendente (€525,00) e ponderar a introdução do quociente familiar, considerando a divisão do rendimento coletável por cada membro do agregado familiar, atendendo ao rendimento disponível com base na capitação do agregado;
- ▶ **O aumento do limite máximo de deduções à coleta com despesas gerais e familiares** (hoje de €250,00 por sujeito passivo), despesas de saúde (€1.000,00), de educação (€800,00). Na verdade, e no caso das despesas de saúde e de educação é de questionar a razão de limites tão curtos quando na verdade quem opta por um sistema não público, seja de educação ou de saúde, está efetivamente a ser tributado por uma despesa em que incorreu aliviando o sistema público;
- ▶ Revisão do **regime simplificado de tributação**, pelo menos repondo a situação vigente até 2017, que eliminou qualquer simplicidade do regime e trará, certamente, aumento de imposto a pagar já em 2019 por referência a 2018;

- ▶ **Incentivar a efetiva poupança das famílias**, revendo o imposto aplicável a rendimentos advenientes dessa poupança, principalmente num momento em que as taxas de juro são pouco mais de 0.

Relativamente ao IMI a ALIANÇA assume o seu entendimento de que deter património não é necessariamente um sinal de riqueza. Com referência a este imposto municipal, a ALIANÇA assume a tarefa de um estudo aprofundado do mesmo e das implicações das suas alterações com as seguintes orientações:

- ▶ A revisão da tributação de prédios rústicos, concluindo o processo geral de avaliação dos mesmos, permitindo o alargamento da base de incidência tributária;
- ▶ A atualização automática anual do Valor Patrimonial Tributário;
- ▶ A revisão do VPT para valores mais próximos do mercado;
- ▶ Revisão do AIMI, em especial quanto ao valor de dedução de €600.000,00 após concretização da revisão do VPT acima referida;
- ▶ Revisão das isenções em vigor, designadamente quanto a organismos do Estado (incentivando a utilização racional de ativos) e partidos políticos.

A ALIANÇA entende que se deverá voltar a discutir a redução gradual do IMT, em especial no Interior, sempre considerando o acautelamento dos seus efeitos sobre os orçamentos das Autarquias.

Em resumo, **o sistema fiscal deve ponderar inovação e estabilidade** porque sem previsibilidade, não há confiança nem sustentabilidade.

E a **justiça fiscal** tem que ser efetiva: quando o Estado persegue, através da sua máquina fiscal, a liberdade e credibilidade de cada cidadão e de cada empresa, então há que alterar as regras.

**A Aliança luta e lutará**, com os Portugueses e pelos Portugueses, pela criação de condições de partida justas para todos e pela manutenção da justiça em todos os aspetos da sua vida.

## MAR, um desígnio Nacional com 3.887.408 Km<sup>2</sup>

### Fonte de Recursos, de Energia, de Emprego, de Riqueza e de Inspiração

O Mar, alma da identidade, é um desígnio nacional. Portugal detém uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas do Mundo, sendo a 20ª com 1.727.408 km<sup>2</sup>, possuindo também a 15ª maior área SAR (Safe&Rescue) com cerca de 5 milhões de km<sup>2</sup>. Com a esperada aprovação da proposta portuguesa de extensão dos limites da plataforma continental **o nosso território marítimo passará a ser de 3.887.408 km<sup>2</sup>, tornando-se num dos maiores a nível mundial.**

Este **ativo natural estratégico está subaproveitado** representando apenas 3,5% do PIB. Necessitamos, de uma nova abordagem política que encare o **Mar como centro de produtividade** com aproveitamento estratégico de todas as suas potencialidades, através da incorporação da investigação, do conhecimento, da inovação e do desenvolvimento tecnológico, que permitam a otimização de processos e serviços e a criação de novos produtos, aumentando a nossa capacidade exportadora e a riqueza nacional.

Nesse âmbito, Portugal deve orientar a sua economia a partir das atividades, múltiplas e diversas, ligadas ao Mar aumentando a criação de riqueza nacional, sempre com respeito pelo equilíbrio ambiental e no âmbito de uma política contínua de **valorização e proteção do Mar.**

**Trata-se de potenciar o valor imenso do Mar Português,** aproveitando toda a fileira industrial e produtiva que ele pode proporcionar, beneficiando de ser a principal porta atlântica, senão única, de entrada na Europa, criando as necessárias condições competitivas para a circulação de mercadorias e atração de investimento estrangeiro.

Afigura-se assim crucial a adoção de um **novo modelo de governação** mais aberto e desburocratizado, com ambição de metas de crescimento, que integre uma política fiscal atrativa, um ordenamento claro e transparente e que garanta a regulação eficiente do setor, por forma a torná-lo apelativo para todos os agentes económicos.

Neste enquadramento, a ALIANÇA aponta algumas orientações estratégicas para o desenvolvimento da Política do Mar:

- ▶ Sistematizar toda a legislação e regulamentação dispersa sobre os assuntos do MAR e simplificar a sua perceção e conhecimento por todos os agentes e um modelo de organização

mais simples tendo subjacente a **visão marítima que todos os governos devem ter por referência**;

- ▶ **Elaborar uma Estratégia de crescimento para o Mar** que envolva a cooperação de todas as atividades económicas ligadas ao Mar e de todos os agentes económicos, por forma a atingir metas substancialmente superiores do peso das atividades económicas no PIB Nacional;
- ▶ **Potenciar a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo**, dada a sua posição geoestratégica no atlântico, como **país de referência no transporte marítimo internacional e na logística**, enquanto “porta de entrada” para a circulação de mercadorias, com especial enfoque no Porto de Sines e no seu segundo terminal, aproveitando as oportunidades decorrentes do alargamento do canal do Panamá;
- ▶ Identificar e diagnosticar os principais estrangulamentos e promover a adaptação/ modernização das infraestruturas portuárias existentes com o objetivo de reforçar a sua competitividade;
- ▶ Otimizar a **exploração de todos os recursos marinhos** desde os subsectores tradicionais como as pescas e a indústria naval até à energia, a aquacultura e a biotecnologia, através da inovação e do uso da tecnologia, alocando o saber das universidades, dos centros de investigação e o conhecimento científico no desenvolvimento de uma indústria inovadora, criando uma verdadeira economia azul;
- ▶ Apoiar **investimentos na área da biotecnologia e da exploração dos recursos genéticos do mar** atendendo à sua importância para a indústria farmacêutica, cosmética e no domínio agroalimentar, aumentando a atividade deste setor em benefício da Economia;
- ▶ **Aumentar a produção no domínio da aquacultura** por forma a atender à procura interna e externa, contribuindo assim para o aumento das exportações. Portugal está muito aquém das suas potenciais capacidades sendo que 60% do peixe que nos alimenta é importado;
- ▶ É necessário criar uma **política integrada para a aquacultura** desde a produção, à exploração e às questões de fiscalização e ambientais;
- ▶ No âmbito das estruturas do Estado criar um **Gabinete de apoio ao Investimento no Mar** com presença online que preste serviço de aconselhamento permanente e divulgação de todos os estímulos, benefícios, programas e candidaturas a fundos, bem como a explicitação clara de todos os requisitos e procedimentos exigíveis;

- ▶ Iniciar ou prosseguir estudos sobre todas as possibilidades de **recursos exploráveis nos espaços marítimos sob jurisdição Portuguesa**, incluindo as provenientes do alargamento da ZEE de Portugal, designadamente a exploração de hidrocarbonetos, dos hidratos de metano que podem existir em quantidades razoáveis no Mar Português;
- ▶ Aprofundar o potencial do Mar **no domínio das energias renováveis**, ligada ao aproveitamento das ondas que, sendo viáveis, deverão prosseguir de forma planeada e sustentável, com total respeito pelo ambiente, contribuindo para o aumento da riqueza nacional e para a diminuição da dependência energética do país;
- ▶ Dinamizar e potenciar o *Cluster* do Mar Português, como instrumento agregador de empresas, centros de IDT, organismos da Administração Pública e outras associações, que visem promover a **competitividade da economia do mar** e o crescimento económico, através da criação de uma plataforma colaborativa que permita a transferência de conhecimento e o envolvimento de todos os agentes económicos;
- ▶ **Colocar Portugal na lista cimeira**, dos países que mais se dedicam à investigação e às ciências do mar, intensificando as atividades dos centros de investigação existentes ou reorientando a sua missão juntamente com universidades ou outras organizações para o mesmo fim;
- ▶ **Proteger o mar e os recursos marinhos** adotando uma estratégia de valorização ambiental que intensifique a despoluição dos oceanos e a preservação da fauna marítima, começando por reduzir a quantidade de plástico nos oceanos, visto que 80% do lixo marinho tem essa proveniência;
- ▶ A ALIANÇA defende a educação ambiental e a sensibilização de todos da importância da **preservação do Mar**, o que implica a adoção de novos comportamentos, designadamente: evitar descargas poluentes de qualquer tipo; contribuir para a limpeza das praias e adotar o uso de materiais descartáveis ou biodegradáveis, entre outros;
- ▶ **Defender as nossas zonas costeiras e as suas populações** protegendo-as da erosão, do aumento do nível das águas do mar e das alterações climáticas, envolvendo a Administração Regional e Local, as Autoridades Marítimas e a Proteção Civil na elaboração dos instrumentos adequados de ordenamento, preventivos e repressivos, que definam zonas de risco e planos de atuação e salvaguarda, para além da natural proibição de construir em zonas protegidas e/ou de risco, alargando cada vez mais o seu raio de ação;

- ▶ **Impor a criação de uma Zona ECA ao largo da nossa costa**, por razões ambientais, de combate à poluição e melhoria da saúde, bem como a imposição do chamado “Cold Iron” em relação a Navios de Cruzeiro atracados nos nossos portos, fazendo com que os motores desses navios deixem de trabalhar, sem prejudicar o funcionamento dos seus sistemas internos que precisam de eletricidade a qual deve passar a ser recebida diretamente de terra, eliminando assim grande parte da poluição advinda dos motores em funcionamento que utilizam combustível;
- ▶ Qualificar e apostar na formação dos recursos humanos afetos às atividades do Mar, dotando-os do conhecimento, *know-how*, capacidades e competências, designadamente na área das novas tecnologias, que melhorem a sua produtividade e o seu desempenho;
- ▶ Incrementar a cooperação com a Agência Europeia de Segurança Marítima e com a Guarda Costeira Europeia, em especial na fronteira marítima.

## Coesão Territorial um imperativo Económico e de Justiça Social que não pode mais ser adiado sob pena, da perda da Identidade Nacional

O fenómeno da desertificação e abandono territorial é profundamente penalizador para Portugal e para os Portugueses, por isso constitui uma preocupação maior.

É um tema complexo e que apresenta aspetos contraditórios. O combate ao abandono dos territórios do Interior, já estatuidos juridicamente em portaria própria [nº208/2017], deve assentar **numa concertação intersetorial que oriente investimentos** e financiamentos, ou defina incentivos de carácter fiscal, de modo a robustecer o **Programa Nacional para a Coesão Territorial** (PNCT), isto em projetos desenhados segundo prioridades, de que são exemplo, os da investigação e da educação [um programa “Erasmus” nacional, criando bolsas para que investigadores e estudantes se desloquem para o Interior].

Portugal é dos países da União europeia que regista maiores assimetrias regionais. **Cerca de 60% da população residente no continente português vive na faixa costeira até 25 km**, sendo que quase 50% da população se concentra nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Entre 1960 e 2016 **a população residente no interior desceu quase 38%**, enquanto a residente no litoral aumentou 52%.

Esta realidade, de concentração da economia no litoral, está bem ilustrada nos números, que apontam o **litoral com a retenção de 83% da riqueza produzida**, 89% dos alunos do ensino superior e 89% das dormidas turísticas.

Números preocupantes que exigem uma resposta urgente para travar o contínuo processo de despovoamento do Interior. Como se viu nas últimas décadas os campos foram abandonados, a agricultura e as florestas desprezadas, as economias rurais familiares ignoradas e os territórios desprotegidos e nem sequer os bons acessos rodoviários, entretanto construídos, impediram o êxodo.

Sem pôr em causa boas vontades e algumas medidas tomadas, a verdade é que **as políticas públicas não se têm traduzido em resultados concretos e eficazes na inversão desta tendência** e o Estado continua a permitir o encerramento dos mais elementares serviços públicos, seja na área da educação, seja na área da saúde, nas zonas mais despovoadas com a agravante de ser nessas zonas que permanecem as pessoas mais idosas e mais desprotegidas.

**A ALIANÇA assume a coesão territorial como uma causa cimeira.** O combate à desertificação do Interior tem que se alicerçar numa nova visão e numa nova estratégia articulada entre o poder central e o poder local e em que o Estado aposte na criação da riqueza assegurando a sua distribuição em todo o território, promovendo a fixação de pessoas no interior.

As políticas da ALIANÇA para esta causa assentarão nas seguintes orientações estratégicas:

- ▶ Incorporar a coesão territorial, como preocupação transversal, em todas as áreas da governação, impondo que políticas setoriais contribuam, sempre que possível, para o povoamento e para a criação de riqueza nos territórios mais despovoados;
- ▶ O Estado, através das instituições públicas responsáveis pela angariação do investimento externo – AICEP – deve considerar na negociação das contrapartidas do investimento estrangeiro a sua localização no território, induzindo assim políticas inclusivas para os territórios menos populosos e mais esquecidos;
- ▶ Criar políticas incentivadoras do investimento no interior, seja através da afetação privilegiada dos fundos comunitários a projetos dinamizadores e sustentáveis, seja através da captação de investimento externo com incorporação de mão-de-obra qualificada, por forma a criar âncoras de desenvolvimento nas economias locais desses territórios que criem emprego, gerem riqueza e fixem pessoas;
- ▶ Articular estas políticas com as Autarquias Locais, definindo as medidas e incentivos que se

adequem a cada região, tendo em conta as suas particularidades, e que contribuam para a facilitação da instalação de atividades económicas e industriais concedendo especiais condições fiscais;

- ▶ Promover o desenvolvimento de atividades no setor primário na agricultura biológica, nas florestas e no ambiente, bem como a valorização dos recursos naturais, através do seu aproveitamento económico;
- ▶ Promover em articulação com o poder local a descentralização e deslocalização de serviços do Estado para as localidades do Interior, tendo em conta análises custo/benefício e critérios de eficiência, racionalidade económica e melhoria do serviço público e aproveitando as oportunidades oferecidas pela “era digital” que permite ultrapassar as barreiras da distância física;
- ▶ Propor no plano de investimento e das obras públicas, as que se entendam mais prementes para o desenvolvimento do Interior, como seja a requalificação das infraestruturas aeroportuárias, como o Aeroporto de Beja e de Monte Real, canalizando os fundos comunitários necessários à sua execução;
- ▶ Defender a autossustentabilidade das localidades do Interior, garantindo às populações, a prestação dos serviços públicos essenciais, seja na saúde, na educação, na segurança e na proteção civil, encontrando uma forma económica de concentrar e partilhar custos fixos na prestação desses serviços essenciais.

## Agricultura e Florestas, Eixos económicos indispensáveis para preservação do Património e da dinamização das atividades do Mundo Rural

Ao longo das últimas décadas assistiu-se a um desinvestimento muito acentuado na Agricultura, com a errada convicção de que se poderia prescindir da produção agrícola nacional e importar todos os produtos que o país precisasse em termos agroalimentares.

A grave crise financeira e económica recente demonstrou que o equilíbrio da balança agroalimentar é um verdadeiro desígnio nacional e deve representar um objetivo consensual de todas as forças políticas.

A Agricultura é um dos setores fundamentais para promover o crescimento económico, o aumento das nossas exportações, a menor dependência alimentar, contribuindo, de forma decisiva, para o PIB nacional.

A ALIANÇA **defende um apoio inequívoco às atividades agrícolas**, pelo que vai lutar por defender a Agricultura como um setor central do debate e das políticas públicas demonstrando a necessidade de pensar a Agricultura que temos, e a que podemos ter, apoiando com racionalidade o investimento necessário para que se concretize este grande desígnio que antes se entendia impossível.

**Um setor agrícola muito diferenciado e de muita qualidade**, adequado às nossas características, e que pode concorrer, em valor acrescentado, com a agricultura massiva em que outros Países se posicionam.

O objetivo tem de ser claro e exequível. **Portugal pode convergir mais no setor agrícola**, com os seus parceiros europeus, em competitividade, assumindo um papel de destaque na negociação da reforma da Política Agrícola Comum (PAC).

A competitividade de Portugal está diretamente associada/limitada neste setor pela existência de **desvantagens nos custos de produção e operação de que são exemplos a energia elétrica**, os combustíveis e os impostos. Não é um problema específico deste setor mas que tem de ser abordado com dura frontalidade.

**A visão que a ALIANÇA defende para a Agricultura em Portugal está em linha com a causa assumida de defesa da coesão social e territorial**, aproveitando as especificidades do nosso território e combatendo o despovoamento do Interior. Portugal beneficia de condições únicas ao nível do solo e do clima, sendo importante a criação de uma agenda coerente relativa ao investimento no setor.

O caminho passa por **maximizar a utilização dos fundos europeus** destinados a este setor de atividade, no pressuposto de que a Política Agrícola Comum deve assegurar a cada Estado as condições para que a sua agricultura prospere, **garantindo o aumento da produtividade e o rendimento dos agricultores**.

O ordenamento do território, a definição de prioridades, os investimentos em toda a faixa territorial representam caminhos obrigatórios para dinamizar o setor agrícola, sendo esta tarefa da responsabilidade do Ministério da Agricultura em cooperação com os diversos parceiros do setor e demais organismos públicos, nomeadamente as autarquias locais.

No setor florestal Portugal terá atualmente uma área total de floresta de cerca de 3.200.00 ha, equivalente a 35% do território Nacional, tendo registado crescimentos notáveis nas últimas décadas, salientando a importância do Eucalipto, que ganhou expressão a partir dos anos 60 tendo alcançado os 812.000 ha em 2010 e que contribui para abastecimento de seis unidades indústrias de pasta e papel.

A ALIANÇA defende que a definição de uma política agrícola moderna e assente nas necessidades do país, tem de ser concretizada em consonância com os agricultores, conhecedores profundos das potencialidades do nosso território e com base nas seguintes orientações estratégicas:

- ▶ **Portugal tem que assumir uma posição forte na discussão do futuro da PAC**, tanto a nível nacional, como junto das instituições comunitárias e garantir uma maior convergência nos pagamentos entre Portugal e a maioria dos Estados membros, uma vez que Portugal é hoje o 24º da U.E. que menos pagamentos diretos recebe em todos os parâmetros;
- ▶ É uma obrigação e tem que haver um esforço nacional conjunto para **executar a totalidade dos fundos comunitários do 1º pilar da PAC**, permitindo o seu pagamento ao ritmo das produções agrícolas. Por sua vez, é fundamental agilizar a Política de Desenvolvimento Rural (2º pilar), sendo que constitui um importante alicerce da atividade agrícola, tanto na manutenção como na gestão das explorações agrícolas e florestais, criando um ambiente sustentável e protetor da biodiversidade;
- ▶ A ALIANÇA pretende dar prioridade e agilizar o **programa nacional de regadios**, com o objetivo de concretizar com a maior celeridade possível os principais empreendimentos hidroagrícolas e apostar num programa nacional de regadios privados;
- ▶ A ALIANÇA pretende promover a criação de um programa de apoio às exportações e à **internacionalização das empresas agrícolas e agroindustriais**, que muito têm contribuído para o aumento do PIB nacional. Neste âmbito, a ALIANÇA entende relevante atrair **jovens agricultores para o setor**, hoje mais preparados, com formação nas novas tecnologias o que constitui uma base para o desenvolvimento das condições empresariais;
- ▶ A ALIANÇA tem presente que **a pequena agricultura e a agricultura familiar são fundamentais para a manutenção da nossa identidade e da nossa cultura**, pelo que é primordial criar condições que contrariem o abandono das zonas rurais, que tanto pode contribuir para reduzir o risco de incêndios mas acima de tudo assegurar o justo desenvolvimento de todo o País de forma equilibrada e diversificada;
- ▶ Defendemos a importância da **agricultura biológica**, conduzindo o setor para as exigências e uma maior procura da sociedade deste tipo de produtos. Uma agricultura amiga do ambiente e de excecional qualidade;

- ▶ A ALIANÇA afirma a necessidade de **valorizar a Agricultura como componente fundamental do crescimento económico** e setor intrínseco à matriz empresarial do país, num movimento de adaptação às novas tecnologias no respeito pelas raízes culturais do povo;
- ▶ **A ALIANÇA quer contribuir para uma reforma de longo prazo para o setor florestal**, baseada em questões técnicas e não de teor ideológico ou político, respeitando as normas ambientais, contribuindo para a redução do carbono, combatendo as alterações climáticas e evitando os fogos florestais, de modo a que a atividade agrícola seja rentável para os produtores florestais, uma vez que é essa a única forma de realmente promover a floresta em Portugal.

## Turismo, a consolidação do crescimento de um setor estratégico para a Economia Portuguesa

Portugal tem conquistado os melhores e maiores galardões internacionais no setor do Turismo, sendo sucessivamente reconhecido como o melhor destino turístico, prémios que se estendem à várias cidades do Continente e Ilhas, o que tem contribuído para o crescimento sucessivo das receitas deste setor.

O turismo contribui, diretamente, **para cerca de 9% do PIB**, uma contribuição invulgar, no universo dos países desenvolvidos, sendo apenas ultrapassado pela Espanha que lidera com o turismo a contribuir com 11% para o PIB espanhol.

O turismo representa 20% das exportações portuguesas e 58% das exportações no setor dos serviços. Em 2017, as receitas com turistas subiram para 15 mil milhões de euros o **que representou um aumento de 23% no saldo da rubrica de viagens e turismo da Balança de Pagamentos**.

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor tem sido fundamental para a recuperação da economia portuguesa, contribuindo para o crescimento das exportações e para a criação de emprego, sendo que um em cada cinco empregos é gerado pelo Turismo.

O turismo assume assim um papel relevantíssimo na nossa economia, com 120 mil empresas e mais de **400 mil empregos**, de acordo com os dados divulgados pelo “Turismo de Portugal”.

Com este enquadramento e atendendo a que é um setor com forte contributo na economia portuguesa, mas sujeito a variáveis de contexto internacional que não é possível controlar, é fundamental apostar numa

**estratégia que potencie e consolide o Turismo**, assegurando a sua sustentabilidade no futuro, designadamente:

- ▶ **Uma estratégia integrada e concertada** dos diferentes operadores do setor privado e as instituições públicas de forma a promover, em conjunto, o destino Portugal e assegurando a oferta turística de muita qualidade destinada ao mercado mais exigente de forma a reter mais valor acrescentado na atividade desenvolvida;
- ▶ **Dotar o País de infraestruturas aeroportuárias** capazes de darem resposta à procura. Em 2017 Portugal perdeu um milhão de turistas, por falta de capacidade do Aeroporto de Lisboa. É urgente e de interesse nacional o alargamento desta infraestrutura, bem como a otimização do Aeroporto de Monte Real, designadamente para o turismo religioso e do Aeroporto de Beja, com contributo indireto para a Coesão territorial.
- ▶ Alargar as ligações aéreas existentes, promover o turismo de negócios e a **marca Portugal Tecnológico e Empreendedor**, aproveitando o “*Web Summit*”, por forma a captar diferentes mercados de origens para além do Europeu, aumentando o volume de atividade turística;
- ▶ **Promover a qualificação dos Recursos Humanos** do setor, adaptando a oferta curricular às exigências da procura, quer no secundário, quer no ensino superior, bem como no domínio do ensino técnico e vocacional;
- ▶ Combater a sazonalidade através da **diversificação da oferta turística**, com especial relevo na promoção do Interior, privilegiando o turismo da natureza, o turismo patrimonial e cultural, o turismo gastronómico e vinícola, o turismo religioso e o turismo de saúde, concebendo produtos, serviços e experiências novas e diferenciadoras com capacidade para atraírem turistas durante todo o ano e em simultâneo contribuir para a dinamização das economias locais;
- ▶ **Promover, em colaboração com as Autarquias**, rotas e oferta turística diversificada e concertada que retenham por mais tempo os visitantes, proporcionando visitas de valor histórico e cultural incluindo as aldeias, zonas rurais e naturais, experiências demonstrativas dos costumes, das tradições, da gastronomia e do artesanato, numa estratégia contínua e permanente de valorização dos nossos recursos endógenos;
- ▶ **Apostar no Turismo Cultural** com uma oferta diferenciada assenta na cultura, tradições, património e os saberes, com oferta de turismo de experiências;
- ▶ **Promover o turismo de natureza**, como por exemplo a caça e pesca desportiva em que Portugal oferece boas condições para concorrer com o destino Espanha e aproveitando para

contribuir para a política ambiental, promovendo a renovação das espécies e o repovoamento da fauna;

- ▶ **Promover drasticamente o turismo de saúde e de bem-estar** através da reabilitação das zonas termais oferecendo produtos de reabilitação física cada vez mais procurados e em que Portugal tem vantagens comparativas reconhecidas e inegáveis.

## Urbanismo e Ordenamento do Território

### Concretizar políticas que afastem o conceito de Litoral e Interior

A ALIANÇA defende uma política de urbanismo e do ordenamento do território nacional capaz de reverter as práticas nefastas das últimas décadas, resolvendo a divisão entre Litoral e Interior, o crescente processo de desertificação, a adoção de medidas descentralizadoras e a requalificação do espaço público.

As cidades do futuro precisam de políticas de nova geração. As cidades querem-se “inteligentes”, plurifuncionais, requalificadas, dotadas de um parque habitacional inclusivo e com adequadas redes de transportes e de infraestruturas adaptadas e funcionais.

A ALIANÇA assume um conjunto de orientações estratégicas que serão referência na construção das políticas públicas na área do urbanismo e do território, com as seguintes orientações:

- ▶ O conceito de um Litoral Expandido, aproveitando a vocação marítima do País, com reforço das políticas do Mar, invertendo a visão de um país dividido entre Litoral e Interior. Muitas das atividades económicas e organismos da administração de âmbito central, ou inclusive costeiro, podem ser deslocados, fixados em locais do País que não distem muito da frente litoral;
- ▶ Circunscrições Administrativas - descentralização – o poder local, tendo nas Autarquias um instrumento soberano de proximidade com as populações e salvaguarda do território, assume um papel assinalável em termos de ordenamento, o qual não pode ser esquecido, reforçando os valores da solidariedade territorial, cujas circunscrições não serão postas em risco: os municípios são património político-social.
- ▶ Deverá antes promover-se a descentralização de atividades e serviços, sediando-os em comunidades intermunicipais, ou outras áreas metropolitanas, que não as de Lisboa e do Porto, organizadas segundo um desenho que agregue frente litoral e territórios fronteiriços. Outras

agregações serão tentadas, em projetos-piloto, sem prejuízo para com a continuidade territorial, tal como a geminação, ou associação em redes, de vilas, cidades e outros centros populacionais, com propósitos de desenvolvimento económico-social, e de acordo com afinidades próprias;

- ▶ Cidades Inteligentes: usos informados – a disseminação de sistemas de informação integrados e a monitorização, em tempo real, de usos e utilizadores dentro do espaço urbano, permite uma gestão mais eficaz das interações sociais, contribuindo para melhorar a qualidade de vida nas cidades;
- ▶ Centros Urbanos: requalificação do espaço público e cidades plurifuncionais – as exigências de utilização do espaço público nas cidades e sociedades contemporâneas comportam uma utilização desigual de equipamentos, nem sempre bem gerida, levando a fenómenos de degradação e segregação urbana, ou a vastas áreas monofuncionais sob interesses não públicos;
- ▶ Cabe aos atores políticos, através de instrumentos e institutos próprios, zelar pela melhor manutenção do espaço urbano, com estratégias de requalificação do edificado, e de diversificação económica, programática e funcional, contribuindo para o descongestionamento, as boas práticas e o desenvolvimento;
- ▶ Habitação, a justiça urbana e a integração social. Apesar dos benefícios que o turismo traz à economia do país, e das cidades históricas em particular, há que garantir que estes não se tornem fatores de exclusão social e abandono das cidades, lançando-as ao uso de populações flutuantes e deixando-as à mercê de interesses especulativos. Tem que haver políticas de regresso das populações aos centros históricos e aos bairros tradicionais, através de programas de apoio;
- ▶ As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, corpos inalienáveis da identidade nacional, merecem o aprofundamento do instituto da autonomia governativa e administrativa, combatendo os constrangimentos da insularidade, com estratégias de organização do território adaptadas, e reforçando a ligação umbilical com o Continente e garantindo a sua mobilidade a custo suportável.

## Obras Públicas e Transportes

### Compromissos de médio e longo prazo

A ALIANÇA defende uma política de obras públicas e transportes que garanta as adequadas e necessárias infraestruturas, para o desenvolvimento do País, **projetadas para um horizonte de médio longo-prazo, concertadas num plano de compromisso pluripartidário**, que impossibilite, no futuro, as aventuras irresponsáveis feitas ao longo das últimas décadas, utilizando o erário público conforme vontades, conveniências, interesses, calendários ou caprichos.

**A ALIANÇA rejeita em absoluto** que as obras estruturantes do País possam ser projetadas, planeadas e executadas sem o prévio entendimento dos partidos políticos e com base em estudos técnicos creíveis que demonstrem a necessidade e o interesse económico, social ou estratégico que lhes está subjacente.

Na visão e entendimento político da Aliança devem ser observadas as seguintes orientações estratégicas:

- ▶ **A aposta na Ferrovia.** Depois de décadas de investimento em infraestruturização rodoviária, a qual incentivou e proporcionou a mobilidade em transporte automóvel individual, deve retomar-se a rede ferroviária nacional, regional, suburbana ou metropolitana;
- ▶ O transporte ferroviário é não só ambientalmente mais sustentável, como tem, ao nível da **coesão territorial, um efeito agregador**, fruto de uma distribuição espacial que só um desenho em rede garante;
- ▶ Recuperar e **reabilitar o parque de infraestruturas construídas**, reconvertendo os equipamentos que se encontram desadequados à sua primitiva função, dando-lhes uso alternativo, aproveitando o valor económico que encerram;
- ▶ Adotar uma nova atitude e cultura de **manutenção e conservação das infraestruturas públicas** dos mais variados setores: estabelecimentos de educação; saúde; estradas; obras de arte; barragens e outras, assegurando a longevidade das mesmas, conservando e tirando proveito máximo do investimento, com responsabilidade e, garantindo, em simultâneo **a segurança da sua utilização por parte dos cidadãos**;
- ▶ A ALIANÇA rejeita a prática corrente de usar os equipamentos públicos sem conservar, permitindo a degradação próprio do uso, e às vezes do mau uso, até ao ponto de já não ser viável a recuperação. Este é um tema económico, mas também ambiental que deve ser adotado e praticado por todos;

- ▶ **Os Portos são plataformas globais**, que incluem os terminais de carga ou de passageiros, com um papel relevantíssimo na atividade portuária, que devem ser alvo de empenho político criando melhores condições para o seu integral aproveitamento, atendendo ao impacto que podem trazer à economia do País, bem como à economia das cidades portuárias, com frentes ribeirinhas, podendo ser usufruídas como sítios cosmopolitas e multiculturais.

## Ambiente e Alterações Climáticas

### Uma prioridade absoluta

O Ambiente é um valor inestimável que tem de ser abordado numa perspetiva integrada e transversal, assumida com responsabilidade, em todas as decisões políticas setoriais e de forma muito participativa por parte de todos os Portugueses.

Portugal tem uma riqueza singular de recursos naturais e endógenos, por todo o Território Nacional, que importa preservar e reabilitar. Assim, a ALIANÇA enumera um conjunto de linhas de orientação que devem ser seguidas nas políticas públicas a adotar, designadamente:

- ▶ A valorização dos recursos naturais num quadro de desenvolvimento agrícola e florestal com a adequada conservação da natureza;
- ▶ A gestão integrada das zonas costeiras;
- ▶ O desenvolvimento ordenado do espaço rural, concluindo o processo de infraestruturização básica do território;
- ▶ A articulação da instalação de atividades económicas no respeito pela conservação e proteção do Ambiente;
- ▶ O Planeamento, controlo e eficiência na utilização dos recursos hídricos;
- ▶ A articulação das atividades rurais, agrícolas, pescas e caça acompanhadas da necessária reflorestação e repovoamento das espécies com o devido controlo ambiental;
- ▶ Concretizar projetos de requalificação ambiental das lagoas costeiras e de outras áreas degradadas, regenerando as praias e os sistemas dunares sempre com uma preocupação equilibrada de valorização ambiental.

## Política Energética

### Uma cultura de eficiência

**A competitividade das empresas** Portuguesas e o rendimento disponível das famílias depende do acesso universal a energia elétrica, a preços justos e sustentáveis em termos económicos e ambientais respeitando o equilíbrio intergeracional, ou seja, não adiando para as gerações futuras, o custo financeiro das políticas presentes.

A União Europeia definiu como meta, **a redução das emissões de gases com efeito de estufa**, até 2050, para um nível 80% inferior aos verificados em 1990, tendo como ambição, a descarbonização da União Europeia e garantindo, em simultâneo, a qualidade no transporte e distribuição de energia e a segurança no aprovisionamento energético e com preços eficientes, que não comprometam a competitividade das empresas.

Portugal ratificou o Acordo de Paris, e tem o objetivo de alcançar a **neutralidade carbónica até 2050**, objetivo este que irá trazer benefícios para a economia e para os cidadãos, num sistema energético demasiado vulnerável, economicamente, por via da sua grande exposição ao mercado dos combustíveis fósseis, dissociando assim, gradualmente, os custos de energia da volatilidade das cotações dos preços de petróleo nos mercados internacionais.

Este objetivo de descarbonização só será garantido com a **alteração das atuais centrais de produção a carvão e gás natural** para tecnologias de produção mais limpas e a descarbonização do setor dos transportes, com a conversão gradual para veículos elétricos e outras tecnologias livres de emissões de dióxido de carbono.

**As energias renováveis** são o principal agente na descarbonização, contudo o recurso a tecnologias eficazes é condição necessária para que estas se materializem em soluções economicamente eficientes, ponderando desde logo, e de forma integrada, os custos infligidos no sistema para suprir (e remunerar) situações de escassez de recurso renovável, problema que se acentua quanto maior a sua volatilidade.

É fundamental procurar uma base sólida, dinâmica e economicamente eficiente para o nosso **mix energético**, equilibrando todas as vantagens para o ambiente e para a economia, que são apanágio das energias renováveis, mas sem descurar e monetizar todos os custos associados ao seu recurso e indisponibilidade, próprias da sua natureza volátil, como é o caso das eólicas.

Portugal está em 9º lugar na lista dos Países da UE com maior representatividade da contribuição para as energias renováveis mas, ao contrário do desejável, está em 8º lugar no pódio dos Países **com preços**

**mais elevados para utilizadores industriais** (estatísticas de 2016), o que tem um impacto negativo na competitividade das nossas Empresas.

Este facto ilustra que existe espaço, **para melhorar a contribuição das renováveis**, na formação de **preços mais eficientes** e assim eliminar o estrangulamento sentido pelo sistema produtivo nacional ao ter que incorporar nos seus produtos, um preço exorbitante, por um recurso para o qual não existe alternativa e que compara mal com os nossos principais concorrentes.

Em 2018, as trocas comerciais de energia elétrica, refletiram um salto exportador líquido de 2.6 TWh, que representou 4,7% da produção de Portugal Continental. Contudo, e apesar disso, no mesmo ano, Portugal situou-se como habitualmente entre **os 9 Países da Europa com preços de eletricidade mais elevados para utilizadores industriais**, e entre os 6 com preços de eletricidade mais elevados para os utilizadores domésticos.

Pior. Considerando a análise em paridade de poder de compra, Portugal foi, em 2018, **o País numero 1º com preços de eletricidade mais elevados de toda UE para utilizadores domésticos**, tendo ficado em **12º lugar da lista dos preços mais elevados para utilizadores industriais** e que compara com a posição de 16º de Espanha que partilha com Portugal o Mercado Ibérico de Energia (MIBEL).

Esta comparação evidencia claramente opções políticas. Em Espanha o preço para o mercado doméstico está 3 posições abaixo relativamente ao preço português, menos 4,6%. Mas no mercado industrial, a diferença é bem maior, situa-se 4 pontos abaixo, o que reflete uma clara opção de **Espanha em proteger o tecido empresarial, com uma diferença de 20% face a Portugal**.

Sendo um tema com alguma complexidade importa lembrar que em Portugal os preços de eletricidade pagos pelos consumidores finais, decompõem-se em Tarifas de Acesso às Redes - transversais a todos os comercializadores, incluem as tarifas de Uso Global do Sistema, de Uso da Rede de Transporte e de Uso da Rede de Distribuição – em Impostos, contribuições audiovisuais, e apenas uma parte, nomeadamente os preços de energia, que reflete o justo-valor do custo de energia transacionado no mercado e negociado livremente pelos comercializadores.

Da análise do relatório da ERSE de Dezembro de 2018 podem verificar-se aumentos muito significativos nas várias componentes dos *proveitos permitidos na atividade de gestão global do sistema*. **Destaca-se um aumento de 36% nos proveitos a recuperar** com a aplicação da tarifa de uso global; um aumento de 111% nos proveitos permitidos da atividade de compra e venda de energia e de 51% nos custos decorrentes de medidas de política energética e ambiental que amortizam a anunciada revisão dos CMEC's que em **2019 ficou a zero, mas que se antecipa retornar em 2022**.

No que diz respeito aos **proveitos permitidos em 2019** por atividade no Continente atingem, em valor absoluto, um incremento de verbas a entregar à REN e EDP (distribuição e serviço universal) **superiores a 3 bilhões de euros**.

A **ALIANÇA defende o estudo e revisão da política energética nacional**, com forte envolvimento de todos os parceiros políticos, sustentados em estudos técnicos, e de forma a poder alcançar os objetivos estratégicos ambiciosos que estão cometidos ao País mas, sobretudo encontrar uma equação económica que abranja as todas as componentes e nos permita encontrar um novo paradigma energético que sirva os superiores interesses do País.

Naturalmente que há orientações estratégicas com as quais a ALIANÇA se compromete e que deverão estar presentes nas políticas que, a seu tempo, serão apresentadas, nomeadamente:

- ▶ A estratégia para a **descarbonização até 2050**, sendo para isso necessário rever a atual legislação e criar regulamentação ao nível de eficiência energética e energias renováveis;
- ▶ **Reforçar o peso das energias renováveis no mix energético nacional**, reduzindo a dependência externa deste setor, sem recurso a mecanismos de subsidiação que não se destinem à correção de falhas de mercado, para investimentos desta natureza, cuja rentabilidade deve ser alcançada em regime de mercado.
- ▶ **Portugal apresentou um saldo exportador líquido de 4,7%** da produção de Portugal Continental em 2018, mas apesar do balanço global exportador, e remunerado em regra pelas tarifas subsidiadas, o País registou em alguns meses, **saldos mensais importadores**;
- ▶ Apostar nas **medidas de eficiência no consumo de energia elétrica**, estimulando-as através de boas práticas e criando condições de barreiras, técnicas e económicas, à adoção de técnicas, processos e equipamentos mais eficientes;
- ▶ **Promover as energias renováveis** como pilar fundamental na sustentabilidade do sistema energético. O aumento previsível da procura de energia e a necessidade de Portugal reduzir a sua dependência externa, exigem uma revisão do quadro legislativo, sem perder o fito da sustentabilidade económica do sistema, que se exige de forma integrada.
- ▶ **Adotar práticas de mobilidade sustentável**. Descarbonização do setor dos transportes com a utilização de veículos elétricos e a fontes de combustíveis alternativas.

- ▶ **Promover a eficiência energética na administração pública**, nas empresas e na habitação, com a canalização de fundos comunitários para programas estruturantes na utilização de energia e água;
- ▶ **Promover o autoconsumo de energia**, retirando capacidade da rede de distribuição e reduzindo as necessidades de investimentos consideráveis no reforço da rede de distribuição e minimizando as suas perdas;
- ▶ **Promover projetos de concessão na gestão da energia** das infraestruturas da Administração Central e Local, garantindo uma eficiência na utilização dos recursos e com reduzidas necessidades de investimento público;
- ▶ Incentivar o desenvolvimento e **a inovação em novas tecnologias** e que promovam uma utilização mais racional e sustentável de recursos e Incentivar a utilização de equipamentos eficientes;
- ▶ **Promoção da mobilidade elétrica**, com a colocação de unidade de carregamento rápido em locais públicos e desenvolver programas de mobilidade sustentável na administração pública com planos de renovação da frota por viaturas elétricas;
- ▶ **Promover a utilização dos transportes coletivos** nas deslocações urbanas, melhorando a rede de transporte coletivo, com o desenvolvimento de ferramentas que permitam o obter informação em tempo real dos horários e viagens dos transportes coletivos online com a criação de parques de estacionamento “low cost” na periferia dos centros urbanos;
- ▶ **Aumentar a eficiência hídrica**, reduzindo as perdas de água na rede de distribuição de água potável e contribuindo para a sustentabilidade na utilização dos recursos;
- ▶ Na gestão de resíduos, promoção de níveis ambiciosos na **reciclagem e reutilização de resíduos**, com a redução em aterro dos resíduos urbanos biodegradáveis e aumento para níveis ambiciosos de reciclagem e reutilização de resíduos, promovendo uma economia mais circular e aumentar a taxa de reciclagem de resíduos para transformação e reutilização.

## Trabalho, Emprego e Qualificações

### Uma realidade em transformação

Na esfera do trabalho, do emprego e da formação, o futuro é hoje. A realidade do trabalho está em profunda mudança e a inovação, nomeadamente a tecnológica, está a gerar uma alteração profunda nas profissões e nas competências necessárias.

A substituição do trabalho das pessoas por computadores e robôs, não é ficção, é uma realidade. O avanço tecnológico e a pressão para a redução dos custos de produção favorece, cada vez mais, a automatização. A comunicação tornou-se instantânea e deixou de haver distâncias. Esta nova realidade vai acentuar-se rapidamente e por isso é preciso estudar e visionar, com antecipação, quais vão ser os empregos de amanhã.

O paradigma do mercado de trabalho está a mudar e isso reflete-se bem na desadequação entre a oferta e a procura de trabalho.

É uma realidade complexa, incerta e que está presente em todos os Países e que vai necessitar duma clara adaptação do modelo de educação e de aquisição de competências que terão de evoluir, preparando-nos para um novo paradigma em que as profissões podem ser dinâmicas ao longo da vida de cada um.

A ALIANÇA tem como prioridade o crescimento económico, a competitividade da economia nacional e do emprego, o que pressupõe um **reforço da produtividade e da qualificação dos recursos humanos**. Nessa medida, a **revisão da formação profissional, a valorização da formação contínua e a adequação tecnológica** serão indispensáveis para fazer face às necessidades do mercado e dos trabalhadores.

A ALIANÇA afirma a necessidade de reforçar a qualidade e eficácia da educação e formação, **incentivando a criatividade, a inovação e o empreendedorismo**.

A ligação entre empresas, centros de investigação e ensino superior deverá ser reforçada de forma a termos recursos humanos qualificados nas competências que as empresas precisam.

A ALIANÇA defende que **as elevadas taxas de desemprego jovem** são um desafio que só pode ser ultrapassado através da requalificação dos saberes e das competências, de forma a conseguir responder à oferta do mercado.

Há evidência de uma **desadequação entre a procura e a oferta no mercado de trabalho** e muitos jovens que abandonaram cedo a sua formação.

Estes jovens não podem ser deixados à sua sorte, ou dependentes de ajuda social. Todas as pessoas têm competências. Nas Empresas ou no Estado **o mérito é saber promover a adequação das competências e características das pessoas às necessidades.**

As políticas do emprego têm que ser, cada vez mais **orientadas, orientadas para o investimento na formação ao longo da vida**, com o grande objetivo de combater o desemprego, designadamente, o desemprego jovem e de longa duração.

Registrar também a absoluta necessidade de **promover políticas estruturadas** que permitam a **mobilidade dos trabalhadores**, sem prejudicar a estrutura familiar, por exemplo através de alternativas à presença física quando esta possa ser dispensada.

A ALIANÇA defende que as políticas ativas de emprego tem que ter no centro das suas opções a **coesão social, territorial e a igualdade**, devendo promover um diálogo construtivo em concertação social bem como reforçar as medidas de prevenção dos riscos profissionais e o combate à sinistralidade laboral.

A legislação laboral terá que ser a breve prazo adequada às **novas realidades da organização produtiva, às necessidades decorrentes da flexibilização** do mercado de trabalho e da economia digital e à competitividade da economia e do emprego.

## Capítulo II – POLÍTICAS SOCIAIS E BEM-ESTAR

### Um Sistema de Proteção da Saúde com qualidade e sustentável garantindo condições de acesso igual para todos

A ALIANÇA constata que o setor público da saúde está em total desintegração e colapso. Tanto na perspetiva financeira como na qualidade dos serviços prestados: hospitais em falência técnica; escassez de medicamentos; subfinanciamento; atrasos inaceitáveis em consultas e cirurgias; condições de assistência deploráveis e “guerra aberta” na praça pública por parte de profissionais do setor.

O Serviço Nacional de Saúde **tem ineficiências e desperdício, calculados na ordem dos 15% a 20%**, que se atribuem essencialmente à desadequada organização e gestão. Por isso o seu custo invisível, não pode continuar a ser assegurado por recurso a mais impostos sem que estejam supridas as ineficiências e concretizadas as oportunidades de melhoria ao nível do planeamento, da organização e da gestão.

O envelhecimento da população Portuguesa deixou de ser uma contingência e é hoje uma realidade com tendência crescente. Este é um fator adicional de pressão sobre os custos do sistema, pelo aumento e agudização das doenças, pelos custos associados à **longevidade** e pela necessidade de adaptar as respostas de saúde e organização dos cuidados, às novas realidades.

A política de saúde tem que ser orientada para a qualidade de vida dos Portugueses, em todos os ciclos etários e abordada numa lógica de **prevenção e responsabilidade**, promovendo hábitos de vida saudável que previnam, tanto quanto possível, as doenças associadas a comportamentos de risco, como sejam o sedentarismo, o consumo de álcool, o tabaco, o açúcar, entre tantos outros.

Atualmente o financiamento das despesas com a saúde é predominantemente público, através de impostos, mas também é assegurado pelas famílias, em complemento, com uma componente de cerca de 30% da despesa, parte da qual pela relacionada com a contratação de seguros de saúde, os quais só limitadamente podem ser deduzidos no IRS.

A ALIANÇA defende que a missão do Estado é assegurar um **Sistema Nacional de Proteção da Saúde** que garanta o acesso a cuidados de qualidade, com equidade, a todos os Portugueses e a prestação de cuidados deve ser efetuada por **quem tiver a capacidade e os meios de o fazer, de forma mais eficiente e com mais qualidade**.

A ALIANÇA defende que o Sistema Nacional de Saúde tem de ser reorganizado, sem preconceitos, com uma visão integrada, e com as seguintes linhas estratégicas:

- ▶ Promover o **valor da saúde, física e mental**, rompendo com a abordagem essencialmente curativa. É necessária uma atuação política e estratégica, que envolva o Ministério da Educação, a quem cabe promover a “cultura do valor da saúde” no sistema educativo;
- ▶ Projetar políticas de **médio-longo prazo** tendo em conta as determinantes sociais, a baixa natalidade e o aumento da esperança média de vida, criando respostas inovadoras;
- ▶ Promover a **articulação estreita dos prestadores de serviços** de saúde, públicos, privados e privados sem fins lucrativos, de forma a aproveitar integralmente, e em rede, a capacidade instalada em infraestruturas e equipamentos;
- ▶ Adotar um modelo de financiamento assente na **generalização dos seguros de saúde**, que fomente a igualdade de acesso dos cidadãos aos prestadores convencionados;
- ▶ Atribuir aos **Cuidados de Saúde Primários** a responsabilidade chave, na gestão e acompanhamento de todo o ciclo de vida do cidadão, aumentando a prestação de cuidados primários, intermédios e de longa duração e constituindo-se como a rede integrada de suporte para a alocação e distribuição dos cuidados referenciados;
- ▶ Reforçar as atribuições dos **Médicos Especialistas em Medicina Geral e Familiar** como gestores clínicos de referência para o doente, ao longo da vida, envolvendo-os profundamente na revisão das políticas de saúde;
- ▶ No mesmo sentido e, em complementaridade, instituir a figura do **Enfermeiro de Comunidade** no sentido de consolidar a capacidade de resposta imediata e adequada referenciação aos residentes em zonas mais desertificadas e com mais dificuldade de acesso a cuidados de saúde;
- ▶ Promover uma **forte articulação e reorganização dos cuidados primários**, pré-hospitalares, hospitalares e continuados redefinindo o seu âmbito e definindo rigorosamente as suas funções bem como o nível de serviço e a inventariação de necessidades para cada área de intervenção;
- ▶ Avaliar o sistema de saúde pelos **ganhos em saúde, pelo “valor” fornecido ao doente** e na eficiência dos estabelecimentos, afastando a lógica atual, em função da quantidade, e do peso da despesa no PIB ou no orçamento de Estado;

- ▶ Promover uma **cultura de gestão eficiente**, sobretudo nas camadas hierárquicas intermédias, que permita disseminar e liderar esses comportamentos, com o seu exemplo, garantindo a melhoria contínua dos serviços prestados;
- ▶ Promover a prática **de avaliação e melhoria contínua** nas entidades públicas de saúde, adotando um sistema único de contabilidade analítica e adotando os mesmos indicadores que são utilizados para os hospitais geridos em regime de parceria público-privada;
- ▶ Avaliar o desempenho dos **cargos de Direção e Gestão nas Instituições Públicas**, com base em contratos de gestão, em que o mérito e os resultados devem ser o único atributo de acesso aos cargos, despolitizando as nomeações.

**Os PORTUGUESES QUEREM** mais qualidade na resposta dos cuidados e um sistema muito eficiente, e bem gerido, que demonstre a utilidade dos impostos pagos.

**A ALIANÇA REJEITA** que o debate da Saúde continue refém de ideologias ultrapassadas, que não têm qualquer enquadramento na atual realidade.

**A SAUDE É UM VALOR PRECIOSO** que tem a particularidade de seduzir e reunir interesses delicados, complexos e por vezes conflitantes: os doentes vulneráveis, as elites científicas e profissionais; os setores industriais.

**CABE AO ESTADO** a gestão harmoniosa e global do sistema contraindo, se necessário, interesses económicos exacerbados e a eventual utilização, pouco escrupulosa do sistema.

**A ALIANÇA CONVOCA TODOS**, mobilizando as ordens profissionais do setor para que, através dos órgãos próprios se envolvam e participem na formulação de um Sistema de Proteção da Saúde na perspetiva preventiva e curativa, projetado para o médio e longo prazo, que responda com qualidade, equidade e responsabilidade à preocupação cimeira de todos os Portugueses de hoje.

## Políticas para a Saúde e o Bem-Estar

### Um novo Paradigma

A Aliança defende como grande causa nacional trans-geracional uma renovação de Portugueses Saudáveis, assentes num novo paradigma da saúde que evita a doença: Mais saúde, menos doença. Os Portugueses têm que enfrentar a realidade de que há uma tendência duradoura e generalizada para o aumento da despesa em saúde (com exceções conjunturais, casos de Portugal e da Grécia) e para uma enorme pressão do peso relativo desta despesa no Produto Interno Bruto.

A outra realidade que é preciso enfrentar é que a medicina dá mais anos de vida, mas as pessoas não adoecem menos, pelo contrário. O progresso na medicina tem aumentado a longevidade, mas não tem feito baixar a incidência da doença, antes pelo contrário. As pessoas vivem mais anos, mas com mais doenças. É preciso quebrar este paradoxo atuando nos dois lados do problema: no lado da saúde e no lado do financiamento. Assim estruturamos os novos dois Paradigmas: Mais Saúde, menos Doença e Mais Serviço, menos Despesa.

Mas temos uma grande oportunidade diante de nós: a grande maioria das doenças são doenças crónicas evitáveis e uma larga maioria da despesa de saúde decorre da incidência de doenças crónicas evitáveis. Esta realidade é contrastante: a maior parte das doenças que afectam a população. Mas revela também que temos aqui uma grande oportunidade. Se são evitáveis, por que não as evitamos? Modificando o estilo de vida e, como consequência, minimizando os factores de risco, minimiza-se a incidência destas doenças e, com isso, recupera-se o iminente colapso do Serviço Nacional de Saúde na sua causa - a prevalência da doença - torna-se a população saudável e o país muito mais produtivo. Combatendo os grandes hábitos e factores de risco (excesso de peso, sedentarismo; o consumo de açúcar em excesso, o álcool, o tabaco, a dependência de fármacos), e através de uma correta medicina preventiva, tornaremos a população portuguesa sustentadamente saudável e quebramos o paradoxo do aumento da esperança média de vida acompanhado de mais doença crónica e, logo, de despesa de saúde galopante. A título de exemplo, reportamo-nos à afirmação de que a "Organização Mundial de saúde (OMS) estima que, num país com cerca de 10 milhões de habitantes, onde 50% seja insuficientemente ativa, exista um custo anual derivado da inatividade física de 900 milhões de euros, o equivalente a 9% do orçamento do Ministério da Saúde para 2017, no caso específico de Portugal. Assustadores, são os níveis de excesso de peso (pré-obesidade) e de obesidade, que afetam 25% das nossas crianças, 55% dos adultos e 81% dos idosos, num total nacional de 57%. São inúmeras as doenças que têm na origem, como causa provável, o excesso de peso.

De um ponto de vista de equilíbrio financeiro do Sistema Nacional de Saúde, precisamos mudar alguns paradigmas: se gastamos mais, precisamos de fazer mais com menos. O Serviço Nacional de Saúde tem assentado numa cisão entre o mercado privado das apólices de seguro e do sector público, suportado financeiramente apenas pelo orçamento de Estado. Devemos torná-los complementares, colocando o parque público a beneficiar de apólices de seguros e expandindo a população coberta por seguros de saúde. O paradigma de eficiência também tem que mudar. A eficiência pode ser fazer mais e melhor com menos. Tecnologias de nova vaga e melhorias organizacionais permitem poupanças de tempo e custos no diagnóstico e monitorização dos doentes e podem contribuir para 're-personalizar' a relação médico-paciente, em que a tecnologia está ao serviço do médico e a eficiência se faz pela melhoria das funcionalidades, e não apenas e, por vezes a qualquer custo, pelo corte de meios. Nas reformas que preconizamos há valores de que não abdicamos. Ao longo da reflexão e preparação da nossa *Visão para a Saúde* exigimos de nós, a cada segundo, o respeito pelos imperativos da nossa conceção Humanista das sociedades; pelo respeito de valores fundamentais que colocam o ser humano no centro da tomada de decisão nas opções entre vários caminhos possíveis ou na calibragem de diferentes variáveis de um problema. A sociedade serve o indivíduo, e não o inverso. É um postulado central da ALIANÇA. Viver com Saúde é condição de uma existência humana condigna. Viver com saúde é condição primacial de uma existência humana condigna. Por isso, o direito à Saúde (e à Vida) constitui razão fundacional do Estado. A qualidade dos cuidados de Saúde disponibilizados à população reflete a qualidade de uma democracia. As políticas públicas relativas às formas de gestão da saúde devem ponderar critérios que incluem mas vão além da Eficiência Económico-Financeira, como sejam: *Acesso, Qualidade Assistencial, Produtividade, Segurança e Volume e Utilização*.

Também sublinhamos que *o direito à saúde realiza-se na liberdade acesso e de escolha do médico*. O direito constitucional à saúde integra a garantia de acesso e a liberdade de escolha do médico disponível e do tratamento existente. Este princípio deve impedir quaisquer formas de restrição do acesso a médicos, tipologias de tratamento e a estabelecimentos pela razão de não integrarem de antemão a rede do gestor de rede de saúde ou segurador. Inclusivamente, a natureza pública ou privada não deve permanecer como fator de distinção de condições de acesso a médicos e estabelecimentos.

Queremos fazer uma revolução na Saúde e Bem-Estar dos Portugueses. São os Portugueses que fazem Portugal. Enquanto a nossa população padecer predominantemente de doença, não conseguimos dinamizar o crescimento do País. Curar a população portuguesa é um projeto urgente; um projeto de várias gerações, que transcende períodos eleitorais e oscilações governamentais. Tem que ser um rumo do País, com objetivos a curto, médio, longo e muito longo prazo. As mudanças fazem-se pelas fundações. Ora, nós

somos o que comemos, como nos movimentamos, o produto do que aprendemos e o resultado de como nos sentimos.

E portanto, as componentes das fundações dos novos Portugueses saudáveis vão assentar em 4 Pilares: Nutrição, Desporto e Atividade Física, Ensino, Arte. Atuando nestas 4 dimensões, conseguiremos refundar os alicerces da Saúde e Bem-estar da população portuguesa. Teremos Portugueses saudáveis e assim motivados, produtivos e determinados a se superarem. Só assim elevaremos Portugal a um novo patamar. A Aliança irá pôr em marcha uma Estratégia

É urgente construir um novo Paradigma de Saúde - mais virado para a saúde que para a doença, apontando fundamentalmente para uma infância, juventude, meia-idade e envelhecimento saudáveis, que não considere a doença uma inevitabilidade. O envelhecimento não pode ser sinónimo de doença, de decadência. A nossa Estratégia assenta na Medicina Preventiva e olha a saúde humana numa perspectiva global, percebendo o indivíduo nas suas várias dimensões, que se inter-influenciam para gerar saúde ou causar a doença. A nossa Estratégia atuará sobre 4 Eixos: i) nutrição, desintoxicação e fortalecimento imunitário, ii) atividade física e o desporto, em todas as idades, iii) bem-estar na escola, iv) arte como fonte de bem-estar.

Um décimo da riqueza do País é gasta com a doença. Combater agressivamente a incidência da doença, significa também libertar riqueza para as famílias e a economia. É um desígnio nacional prioritário.

Perspetiva preventiva e curativa, projetado para o médio e longo prazo, que responda com qualidade, equidade e responsabilidade à preocupação cimeira de todos os Portugueses de hoje.

## Natalidade e Envelhecimento, uma estratégia de Longo Prazo para incrementar e taxa de Natalidade e repor o saldo geracional

Num prazo de 60 anos Portugal terá 2,8 milhões de idosos e apenas 900 mil Jovens, uma redução de 35%.

A ALIANÇA atribui uma importância cimeira às políticas promotoras da Natalidade porque, se nada for feito, na década de oitenta, Portugal terá um índice de dependência de idosos, em relação à população ativa, que será de **1 trabalhador para 3 reformados**, uma relação insustentável para a organização social que hoje conhecemos e cujos objetivos queremos preservar.

De acordo com as estimativas do INE, em 2033, a população Portuguesa deverá ficar abaixo dos 10 milhões e, em 2080, Portugal terá menos 2,8 milhões de habitantes, com forte contribuição do número de jovens

que se reduzirá de 1,4 para 0,9 milhões (-35%) e em sentido contrário os idosos que aumentarão (27%) **num total estimado de 2,8 milhões de cidadãos.**

Portugal tem que ter políticas de longo prazo, para responder a estas situações, que requerem décadas, para produzir efeitos. Não nos revemos em propostas avulsas e soluções inconsistentes, de curto-prazo, ajustadas às conveniências dos ciclos políticos.

A ALIANÇA entende que as políticas de promoção da **Natalidade** são um imperativo nacional e justificam um acordo pluripartidário que defina as medidas, incentivos e condições que permitam aos Jovens Portugueses sentir mais confiança e estabilidade para a decisão de constituir Família, com as seguintes orientações:

- ▶ Uma boa **articulação entre a vida profissional e familiar** por recurso, quando aplicável, ao teletrabalho e trabalho a tempo parcial;
- ▶ Fomentar uma boa rede de **equipamentos de apoio na idade pré-escolar** (creches), em cooperação e articulação com os setores privado e social;
- ▶ Alterar o regime de apoio fiscal às Empresas para **apoio em creches**, tornando o sistema mais eficiente;
- ▶ Estudar a viabilidade da revisão do regime do IRS considerando a totalidade dos dependentes (ascendente ou descendente) no cômputo do **rendimento tributável por pessoa.**

Portugal tem 1,2 milhões de idosos que vivem sós ou em companhia exclusiva de idosos e, de acordo com um estudo publicado pela OMS, e para nossa desonra, Portugal encontra-se em 5º lugar, num ranking de 59 Países, como o País que pior trata os seus idosos.

A Entidade Reguladora da Saúde aponta Portugal com uma das menores taxas de cobertura de cuidados formais da Europa, tendo também a maior taxa de cuidados **domiciliários informais**, assegurados por cerca de 800 mil pessoas sem a necessária qualificação e sem qualquer estatuto de reconhecimento.

A procura de cuidados continuados e paliativos deverá aumentar nos próximos anos, perspetivando-se para Portugal uma incidência de 25% da população idosa nos próximos seis anos.

A ALIANÇA rejeita políticas que se centrem essencialmente na institucionalização das Pessoas, criando verdadeiros guetos geracionais impessoais e atentatórios da dignidade humana que todos merecemos ter até ao dia final.

A ALIANÇA aborda o **envelhecimento da população** com três principais preocupações: assegurar um envelhecimento ativo; proteger a integridade dos idosos; disponibilizar cuidados de longa duração prioritariamente junto da Família, e com as seguintes orientações:

- ▶ Instituir um regime de **reforma parcial**, compatibilizada com tempo parcial, a partir da idade mínima da reforma que encaramos como um direito e não como uma imposição;
- ▶ Incentivar os mais idosos a contribuir, em regime de **voluntariado**, para o serviço cívico, comunitário e social em função das suas capacidades, em benefício do bem comum, e reforçando as ligações intergeracionais;
- ▶ **Articular as Políticas Sociais e de Saúde** de forma a constituir uma rede de prestação de cuidados de longa duração (paliativos e continuados) que respondam às doenças crónicas e incapacitantes, próprias da maior longevidade, priorizando o regime **domiciliário**, que incluam o setor público, privado e social;
- ▶ **Apoiar técnica e financeiramente as famílias**, de acordo com a sua condição de recursos;
- ▶ Apostar na formação das centenas de **cuidadores informais**, que suprem as falhas do sistema prestando serviços sem qualquer estatuto de reconhecimento e sem a devida qualificação;
- ▶ Disseminar práticas que previnam e garantam a integridade física e mental do idoso de forma a reduzir drasticamente os maus tratos aos idosos que se estima abranger cerca de 39% do universo.

## Segurança Social e a necessidade de um modelo de financiamento das reformas sustentável e com justiça intergeracional

A Segurança Social constitui, a par do Sistema de Saúde, uma das maiores preocupações dos Portugueses sobretudo, pelo receio fundado, de que no final da vida ativa o sistema não consiga assegurar pensões, consentâneas com o rendimento disponível que tiveram no ativo.

A ALIANÇA afirma que, se nada mudar, se nada se fizer **é certo que serão as gerações futuras, as crianças e jovens de hoje**, que vão suportar os custos de ajustamento da realidade demográfica.

O relatório de Sustentabilidade da Segurança Social contido no Orçamento de Estado para 2019 prevê, que a SS apresente saldos negativos na década de 20 e prevê também **o esgotamento do Fundo de**

**Estabilidade Financeira, na década de 40**, o que se nos afigura otimista, já que muitos especialistas o preveem já na década de 30.

E estas previsões assentam em **pressupostos otimistas** porque assumem na projeção: a) a estabilidade do peso relativo da receita de contribuições, nas receitas totais; b) no reforço das consignações das receitas fiscais de IMI e IRC ou seja, o reforço do financiamento a partir, mais uma vez e apenas do Orçamento de Estado que, como bem sabemos tem sido, uma ilusão cativada.

A crise económica que abalou Portugal, recentemente, deve ser uma lição de fundo, para todos nós mas, sobretudo, tem que estar presente, nas ações e decisões políticas daqueles que tem a responsabilidade de Governar.

No que diz respeito à Segurança Social a principal lição a reter é a **vulnerabilidade do sistema previdencial**. Com a crise económica e as elevadas taxas de desemprego que ocorreram recentemente, as contribuições do sistema reduziram-se de cerca de 43% para 28%, no cômputo geral das receitas, o que tem obrigado à crescente intervenção do Estado financiando, extraordinariamente, este sistema através do OE, tendo aumentado de 2,4% para 8,4% entre 2011 para 2016, o que representa um esforço adicional de milhares de milhões de euros do OE para subsidiar o sistema previdencial.

Considerando a totalidade do **sistema contributivo de pensões** (regime geral da SS e o regime gerido pela CGA) existe **uma pressão crescente sobre o OE** pela necessidade extra de financiamento, tendo-se verificado, no mesmo período, um incremento na relação das transferências do estado/ total das receitas de 58% para 68%, representando 1% do PIB.

Esta situação demonstra bem, o impacto que as oscilações do comportamento da economia têm, no financiamento da SS e da sua **fragilidade agravada pelo envelhecimento da população** e pela insuficiente taxa de natalidade que se situa abaixo da taxa de reposição geracional.

O Sistema de Segurança Social está numa **situação contingente no curto prazo** (saldos negativos na década de 20) e num colapso certo a partir da década de 30/40, como referido acima e consta do OE 2019.

A ALIANÇA defende a necessidade urgente de reavaliar de forma séria a (in) sustentabilidade do sistema previdencial e iniciar uma **Reforma da Segurança Social**, com uma nova arquitetura e um **novo modelo de financiamento que pondere fontes alternativas e diversificadas**, que consiga responder às prioridades do sistema: garantir a pensão adequada no regime contributivo e assegurar os fundos necessários para a política redistributiva da segurança social que apoie os cidadãos com maiores necessidades.

A ALIANÇA sublinha que as **reformas sociais exigem muito tempo para produzir os resultados** desejáveis, o que coloca ainda mais pressão para agir, com celeridade e responsabilidade, evitando e prevenindo o colapso certo, do sistema, se nada for feito e com consequências muito graves para as próximas gerações.

Nesta matéria estão feitos todos os diagnósticos e estão produzidos inúmeros estudos técnicos e académicos. **O que nos falta, o que falta a Portugal, é a coragem e a capacidade política** para colocar os assuntos na agenda pública e política, com verdade e transparência, e sem contaminações ideológicas que tanto prejudicam o País, adiando as decisões.

Em política, e para a SS, não há soluções ótimas muito menos unânimes. Mas há soluções equilibradas que assegurem melhor, a indispensável responsabilidade e equilíbrio intergeracional.

Regista-se que as alterações paramétricas concretizadas, sobretudo em 2007, com a introdução do fator de sustentabilidade, o aumento da idade da reforma e a consideração de toda a carreira contributiva foram avanços, **que permitiram a redução da despesa, mas não os suficientes para fazer face às condicionantes demográficas**. Portugal não acompanhou a tendência ocorrida na Europa, de introdução de sistemas complementares de financiamento, bem como não tem promovido a indispensável política de estímulo à poupança.

A ALIANÇA defende a realização de um acordo político para a revisão da arquitetura do modelo de financiamento da Segurança Social, os seguintes princípios e orientações:

- ▶ A introdução de um **sistema complementar de capitalização** que contribua para colmatar a menor “capacidade demográfica” dos sistemas de repartição, feita com prudência de forma a acautelar os custos financeiros de transição;
- ▶ Um modelo que preserve o alicerce público mas que seja **fortemente impulsionador da responsabilidade e da poupança** conjugando virtuosamente a vontade e iniciativa das pessoas, famílias, empresas, partilhando a cobertura dos riscos associados ao futuro;
- ▶ A possibilidade de um regime alternativo, a partir da idade de acesso à reforma, que permita **reformas parciais e a manutenção no mercado de trabalho em tempo parcial**, aliviando a pressão financeira sobre a SS e, em simultâneo, dando oportunidade da saída progressiva do mercado de trabalho;

- ▶ **Estudar alternativas** para o alargamento da base contributiva tendo em conta a alteração profunda das atividades económicas, de base tecnológica intensiva e com menos incorporação de mão-de-obra.

## Solidariedade e Inclusão porque a Nação não é livre, nem feliz, enquanto existirem Pessoas com défice de alimentação, habitação e esperança

Portugal é um País com enormes desigualdades sociais, com uma forte incidência de Pobreza nas crianças, nos jovens, na população ativa e nos mais idosos.

A ALIANÇA não se conforma que existam **taxas de risco de pobreza superiores a 40%** antes de transferências sociais que persistem, após estes apoios, com uma incidência de 19 %, (0-18 anos); de 17% (18-64 anos) e de 18% (+ 65 anos).

Igualmente chocante é a **população em risco de pobreza e privação material severa que atinge 12 % dos agregados com crianças a cargo**, já após transferências sociais, o que se acentua nas famílias monoparentais **com uma incidência de 24,9%**.

Por último, registar, a **mais flagrante demonstração, da desigualdade** e desagregação social que existe no nosso País: no universo das pessoas com emprego e já após transferências sociais, **a taxa de pobreza persiste ao nível dos 10%**.

**A ALIANÇA tem a ambição de erradicar a pobreza.** Mas é precisa a ajuda de todos, instituições públicas e privadas, a Igreja Católica ou instituições de outras confissões religiosas, empresas e cidadãos, para nos **ajudarmos mutuamente neste desígnio**, que só ocorrerá, sustentadamente, quando a nossa economia crescer e a competitividade melhorar.

A ALIANÇA acredita que é possível **melhorar as políticas de inclusão social**, tornando-as mais eficazes, na proteção dos direitos sociais e no acesso a bens e serviços essenciais, a todos, com as seguintes orientações:

- ▶ Empreender, em conjunto com o Poder Local, o **combate sem tréguas a guetos e flagelos sociais**, designadamente bairros e construções clandestinas que potenciam a exclusão social, e a marginalização dos residentes e criando focos de instabilidade social indesejáveis;
- ▶ **Colaborar com as Autarquias** na conceção de respostas sociais adequadas às particularidades da **população sem-abrigo**, o que requer um forte e gradual processo de integração;

- ▶ **Criar um Rede Nacional de residências para apoio às pessoas portadoras de deficiência**, em estreita colaboração com as autarquias e o terceiro setor, em regime residencial ou de apoio de dia, consoante as necessidades, desagravando o esforço que recai sobre as Famílias que por vezes são forçadas a deixar o seu trabalho e com a permanente incerteza e angustia de não saber como proteger os seus;
- ▶ Desenvolver um novo **modelo integrado de políticas sociais**, assente na colaboração e interação do Estado, Autarquias e Terceiro Setor que assegure a prestação de serviços sociais, de proximidade, e **atuando em rede**, sendo mais eficaz na política de apoio aos idosos, às crianças em situação de risco, aos mais isolados, aos doentes graves, e aos mais excluídos;
- ▶ **Criar uma rede de apoio integrada**, que abranja todo o território nacional, com a identificação de todas as respostas sociais, instalações por tipo e equipamentos, que facilite a ligação entre as necessidades sociais e as respetivas respostas, suprimindo com mais eficiência as necessidades, dando prioridade às crianças, portadores de deficiência e idosos;
- ▶ **Apoiar as Famílias** para que tenham condições de cuidar dos seus idosos e dependentes, prestando-lhes apoio técnico e financeiro, **desincentivando a institucionalização** e privilegiando o apoio domiciliário e respostas sociais que promovam a autonomia sem solidão na velhice, **através de Cuidadores**, a quem é devido o justo e merecido estatuto e valor na sociedade Portuguesa;
- ▶ **Rever o modelo e condições de atribuição do rendimento social de inserção** reforçando os princípios da efetiva inserção profissional e comunitária, que a ele deve estar associado, em termos de **eficácia social e de justa reciprocidade na sua atribuição e controlo**;
- ▶ Adotar em colaboração com o poder local uma política integrada de reabilitação e integração social inovadora **para pessoas portadoras de deficiência** e, no caso dos **jovens, o acesso ao ensino vocacional**, nas vertentes ambientais, informática, artes, em função das suas limitações, permitindo-lhes a sua plena integração social só possível, **pelo direito ao trabalho**;
- ▶ **Convocar as empresas para esta Causa**, pedindo-lhes atenção, acompanhamento e cuidados redobrados aos trabalhadores que vivem em situação de forte constrangimento social, não obstante serem cidadãos integrados no trabalho, **cumprindo os seus deveres e, ainda assim, pobres**;

- ▶ Incentivar as universidades e centros de investigação a colaborar com as entidades do terceiro setor e da economia social, na procura e de soluções e respostas sociais inovadores que possam contribuir para melhores soluções de integração social;
- ▶ Assegurar a conformidade legal das situações apoiadas, fiscalizando a correta atribuição de apoios sociais, combatendo a fraude e assegurando que os apoios financeiros atribuídos, resultantes dos impostos pagos pelos Portugueses, são redistribuídos apenas por aqueles que comprovadamente necessitam;
- ▶ Proceder à reorganização e racionalização dos serviços de todas as entidades na esfera da Segurança Social, revendo os processos, procedimentos e interligações **procedendo à sua informatização integral com vista à eficiência** interna e a eficácia que é devida na informação prestada aos cidadãos.

## Políticas Intergeracionais que assegurem aos Jovens mais oportunidades e um bom futuro em Portugal

**Os jovens Portugueses são dos que mais emigram** e são os que mais tempo permanecem em casa dos pais, comparativamente ao que sucede no resto da Europa, sendo também, nesta faixa etária que se regista a **maior taxa de desemprego**.

**O desemprego jovem (dos 20 aos 24) em Portugal é de aproximadamente 20%** sendo um dos maiores da União Europeia. Este fator a que se associam os baixos salários em início de carreira e a dificuldade de acesso à habitação explicam em grande parte essa realidade.

Estes números são só por si suficientes para justificar a adoção de **uma política diferente** para as novas gerações que aposte na mobilidade social, no aumento das suas qualificações através do amplo acesso ao ensino superior e na criação de condições favoráveis à sua efetiva emancipação. A ALIANÇA afirma a importância de concretizar políticas que garantam aos Jovens condições para residir no seu País e aqui constituir Família, com as seguintes orientações:

- ▶ Promover **políticas de emprego** que aproximem os conhecimentos adquiridos na sua formação, com as empresas e setores produtivos, criando valor recíproco, através da aplicação da sua inovação e criatividade a contextos de trabalho compatíveis;

- ▶ **Promover programas de habitação**, em regime de arrendamento acessível, com tipologias mais pequenas e fomentando a disponibilização de alojamentos próximos das universidades para os estudantes do ensino superior, podendo ser financiados pelo Estado, com retorno da ajuda financeira após a sua inserção no mercado de trabalho, com taxas de esforço indexadas a sua capacidade financeira e assim garantir que nenhum Português é privado do acesso ao ensino superior por falta de capacidade financeira;
- ▶ **Adaptar a oferta do ensino superior** às necessidades do mercado de trabalho, fomentando o aumento de licenciados nas áreas estratégicas de desenvolvimento do país e compatíveis com os desafios globais, como por exemplo, o ambiente e alterações climáticas, a saúde e a prevenção, o envelhecimento, as tecnologias e a inteligência artificial;
- ▶ Promover e **incentivar o ensino profissional e vocacional** que aposte nas capacidades individuais e responda ao potencial de cada indivíduo através da criação de uma oferta compatível com a sua ambição e as necessidades de mercado;
- ▶ Aumentar o número de **programas de bolsas de estudos e apoios sociais** para os estudantes do ensino superior que, comprovadamente, deles necessitem, mantendo-se o pagamento de propinas para quem não necessite do apoio do Estado;
- ▶ Promover políticas de emprego que **combatam os baixos salários** no início de carreira, através de estímulos e discriminações positivas para as empresas e desagravamento fiscal na tributação das remunerações do trabalho jovem e apelando a responsabilidade social dos empresários;
- ▶ Incentivar as **entidades empregadoras** a promoverem ambientes de trabalho saudáveis, em que a flexibilidade de horários, o dinamismo e o espírito criativo do trabalhador jovem estejam sempre presentes, através da adoção de uma visão holística das suas necessidades, incluindo as que passam pelo seu bem-estar mental e social. Jovens trabalhadores empenhados e felizes criam e geram mais riqueza para as empresas;
- ▶ Fomentar o **empreendedorismo jovem** reforçando as linhas de apoio à criação de ideias e desenvolvimento projetos inovadores geradores do próprio emprego;
- ▶ Promover políticas que fomentem o **acesso à habitação** através de arrendamento a preços controlados, e a aquisição de casa para habitação própria, reforçando o acesso à emancipação, que constitui um valor importante para a assunção de responsabilidades e de integração completa na vida em sociedade.

## Capítulo III Educação, Conhecimento e Inovação

### Educação e o Ensino Superior Pilares Fundacionais da Sociedade, dinamizadores do Conhecimento e da Cidadania

A Educação é um pilar fundacional de qualquer sociedade. Através da educação concretiza-se a transferência de conhecimentos e instrumentos culturais de geração em geração, sendo este processo determinante para a afirmação da matriz cultural e civilizacional de um povo.

No atual contexto competitivo e de aposta na formação de qualidade, exige-se a edificação de um sistema educativo que promova a igualdade de oportunidades e **valorize o capital humano da Nação**. Exige-se **um sistema assente no mérito, no trabalho, na disciplina e na procura constante da excelência**. Um sistema promotor da individualidade no contexto do interesse comum da comunidade e da sociedade Portuguesa.

A ALIANÇA defende uma aposta clara num **ensino universal de qualidade**, tendo presente a dimensão e a especificidade das diversas regiões do País, bem como os diversos níveis de ensino. A qualidade deve residir, em primeiro lugar, **na valorização dos recursos humanos**. A Escola é feita de pessoas, que devem estar motivadas e comprometidas com a nobre função de formar as novas gerações.

Investir na qualidade de um sistema de Ensino abrange três vetores fundamentais: a qualidade dos recursos humanos – **professores, auxiliares de ação educativa, pais / famílias**; a qualidade dos recursos físicos disponíveis – as escolas e os seus equipamentos-; a qualidade dos processos entre os vários recursos intervenientes, processos formais e informais de educação e formação.

O sistema é genuinamente composto por interdependências. Nenhum nível de ensino pode ser pensado sem uma perspetiva integradora e de longo prazo. A Escola como formação de vida e de cidadania exige esse olhar contínuo desde os jardins-de-infância ao Ensino Superior. Por outro lado, o contexto social em que as escolas se inserem é determinante para a sua eficácia. A Escola deve assumir-se como elemento agregador da vida em comunidade.

**Em 2017 mais de 29% da população Portuguesa (acima dos 15 anos) tinha apenas o ensino básico**, num total superior a 2,5 milhões de pessoas. Existe um longo caminho a fazer na formação e na capacitação da população. No entanto, esse caminho deve refletir a total liberdade entre o ensino tecnológico e profissional e os cursos dos vertentes científico-humanísticos e os cursos de ensino artístico especializados.

Portugal apresenta, ainda, **elevados indicadores de insucesso e abandono escolar**, sendo o 5º país com a taxa de abandono escolar mais elevada, quando comparado com os restantes países da OCDE. Este indicador é ilustrativo do **impacto negativo na capacidade produtiva do país, na modernização das empresas, no tecido empresarial e no Estado**.

Neste contexto a ALIANÇA defende um conjunto de Políticas para a Educação e o Ensino superior com base nas seguintes orientações estratégicas:

- ▶ **O Ensino tecnológico e profissional** deve ser encarado e assumido como um pilar estruturante do sistema de ensino, e por isso deve ser prestigiado na exata medida da sua enorme valia para todos os setores económicos. **A formação de técnicos especializados** é uma necessidade premente para as Empresas e por isso deve assumir uma preocupação na estratégia de mudança do sistema educativo;
- ▶ O sistema educativo **tem que ser adaptado e flexível às exigências do mercado de trabalho** e ao novo modo de vida das famílias, tendo presente os desafios da globalização. Um sistema flexível e que tenha presente a necessidade de conciliar o trabalho com a formação dos nossos jovens, estimulando e promovendo a melhoria do seu rendimento escolar e da educação para a cidadania;
- ▶ A ALIANÇA defende a necessidade de uma reestruturação ao nível da organização do sistema educativo, descentralizando o modelo, permitindo terminar com o monopólio do Ministério da Educação, que deverá posicionar-se como um parceiro-chave no desempenho da missão das escolas. Importa adotar **um modelo mais equilibrado e colaborativo entre as organizações públicas e privadas**, enquanto agentes decisivos para a concretização de um objetivo comum: incrementar e melhorar a qualidade da formação ministrada em Portugal;
- ▶ **O reforço da autonomia das escolas**, a nível financeiro e administrativo, nomeadamente na contratação de professores, dando mais liberdade e capacidade de afirmação aos projetos educativos, adaptados à realidade económica e social de cada região que se entende determinante para o sucesso da missão de ensinar;
- ▶ **A ALIANÇA acredita num sistema assente na responsabilização e avaliação**, a todos os níveis, dos intervenientes no sistema educativo. Um sistema de avaliação justo, exequível e que valorize o mérito. **Um sistema que promova a integração e captação dos melhores para a carreira docente;**

- ▶ A ALIANÇA defende uma Escola moderna que aposte na capacitação dos indivíduos, e no fomento da **aprendizagem da música, das artes e da prática do desporto na escola**, enquanto veículos de verdadeiro desenvolvimento pessoal e social e motivadores da criatividade e inovação;
- ▶ A ALIANÇA defende a **estabilidade concetual do sistema de ensino**, terminando com uma sistemática e doentia mudança e complexificação dos curricula do sistema de ensino obrigatório. A coerência e consistência das bases do sistema de ensino é um dos pilares para conseguir resultados efetivos na qualidade do ensino;
- ▶ **A ALIANÇA rejeita a lógica da gratuitidade não justificada**, que promove a iniquidade do sistema. A recente proposta de atribuição de manuais gratuitos para todos, é uma medida incrementadora das desigualdades, com consequências irresponsáveis e um custo insuportável para o Orçamento de Estado;
- ▶ **A ALIANÇA defende o conceito de discriminação positiva no que diz respeito ao pagamento das propinas**. O Estado deverá garantir, através de mecanismos de apoio, que nenhum estudante abandona o Ensino Superior devido a dificuldades económica;
- ▶ Defendemos que ao Estado compete assegurar que a distribuição dos manuais gratuitos é efetuada apenas aos agregados familiares que verdadeiramente necessitam deste apoio.
- ▶ A ALIANÇA defende também que se deve promover uma revisão profunda no modelo dos manuais escolares, **substituindo sempre que possível os manuais em formato de papel por soluções digitais proporcionadas pelo Estado para todos**;
- ▶ Portugal deve aprofundar a sua participação no espaço europeu de ensino superior, procurando modernizar e **internacionalizar toda a rede de ensino universitário e politécnico**. A aposta tem de ser clara: um ensino superior e técnico de qualidade, assente na igualdade de oportunidades e balizado pela liberdade de pensamento e ação que deve pautar a matriz de qualquer Universidade ou Politécnico;
- ▶ O reforço da **cooperação no seio da Lusofonia e a partilha do espaço Europeu** devem constituir pilares da internacionalização do ensino superior português;
- ▶ A ALIANÇA, defende **uma reestruturação da oferta formativa, adequando os ciclos de estudo ao tecido empresarial, aos clusters tecnológicos**, às especificidades de cada região e aos setores prioritários para o desenvolvimento do país;

- ▶ O foco do processo de aprendizagem, **investigação e formação** tem de residir na articulação **entre a vertente teórica e a vertente prática, de experimentação** e contato com a realidade e assegurando um correto ajustamento entre a oferta formativa e as necessidades concretas do mercado de trabalho;
- ▶ **A ação do Estado deve considerar racionalidade económica**, mas simultaneamente a eliminação das barreiras para **garantir a igualdade de oportunidades** no acesso e na frequência ao Ensino Superior, apostando em soluções que deem resposta formativa aos cidadãos portadores de deficiência física ou sensorial, de forma a garantir um ensino superior integrador;
- ▶ Um dos pilares de sustentabilidade e crescimento do Ensino Superior Português passa pelo processo de **internacionalização, na captação de estudantes**, mas também no enriquecimento do conhecimento obtido através de sinergias com outras instituições de ensino;
- ▶ A ALIANÇA acredita na **mais-valia de apresentar o Ensino Superior Português** como o **caminho de sucesso para a Diáspora**, bem como para os estudantes que partilham a matriz da língua Portuguesa.

A educação e a formação são pilares indiscutíveis da afirmação de qualquer País. Portugal tem de ir mais além na defesa do rigor, do mérito e da excelência.

## Inovação e Investigação o potencial estratégico para a Competitividade e o Crescimento da Economia Portuguesa

**A ALIANÇA assume o conhecimento, a investigação científica e a inovação** como pilares fundamentais para atingir o objetivo maior de incremento da produtividade e do crescimento económico.

**Só perseverando no caminho da ciência, da tecnologia e na sua aplicação ao desenvolvimento**, é que Portugal poderá crescer de forma sustentável e duradoura na perspetiva económica, social e ambiental, constituindo uma estrutura produtiva inovadora, diversificada e próspera.

**A investigação e a utilização de tecnologia** têm permitido avanços civilizacionais absolutamente extraordinários com impacto fortíssimo no desenvolvimento económico e social de todos os países e nas suas populações através de uma oferta crescente de produtos e serviços novos e complexos.

A Comissão Europeia, em comunicado de maio de 2018, refere que a Europa com apenas 7% da população mundial é responsável por 20% do investimento mundial em Investigação e Desenvolvimento (I&D), através

de publicações científicas de elevada qualidade, sendo ainda líder mundial em alguns setores industriais, designadamente nos produtos farmacêuticos, nos produtos químicos, na engenharia mecânica e na moda. Resultados que atinge apesar de investir menos do que os seus concorrentes em I&D empresarial ficando nos 1,36% do PIB.

**A Finlândia, a Suécia e a Dinamarca, por exemplo, investem mais de 3% do PIB em I&D, enquanto Portugal, em 2017, investiu 1,33% do PIB, sendo que mais de 50% desse investimento foi assegurado pelas empresas, ultrapassando, pela primeira vez, desde 2012, o investimento público que se ficou pelos 0,66%.**

Portugal não deve ficar abaixo da média europeia, **impondo-se um esforço de convergência**. É certo, que especialmente nas duas últimas décadas, se têm registado progressos significativos.

O investimento em I&D tem aumentado gradualmente, contamos com boas infraestruturas de telecomunicações e de fibra ótica que generalizaram o acesso à Internet, temos centros de investigação de excelência, empresas de I&D e TICs de sucesso, investigadores distinguidos internacionalmente, recursos humanos qualificados e, mais recentemente, conseguimos atrair para o país empresas âncora no mercado das tecnologias.

Portugal tem a obrigação cimeira de aproveitar esta conjuntura favorável para se afirmar como um **País de vanguarda no Conhecimento, na Ciência e da Investigação** e utilizar estas vertentes do saber de forma estratégica e transversal em todos os domínios de atividade.

Mais do que financiador ou titular, **o Estado deve atuar como promotor e facilitador**: na simplificação de processos; na concessão de incentivos e benefícios a quem invista em I&D; na aproximação dos diferentes *players*, otimizando a transferência do conhecimento e da investigação, de forma transversal e permanente, para todos os setores produtivos.

No mesmo sentido, registar as metas da Estratégia Europa 2020 para o Emprego e o Crescimento, que afirma a inovação e a investigação como cruciais para o crescimento económico, determinando a necessidade de **cada Estado-membro atingir 3% do PIB em I&D**, correspondendo a 1% de componente pública e a 2% do setor privado.

Nesse âmbito, tem que ser delineada uma estratégia que aproveite a atual conjuntura, potenciando **mais e melhor ciência e investigação que gere valor acrescentado nas empresas**, na indústria, nos setores tradicionais e na economia social, gerando **ganhos de eficiência e produtividade**.

A ALIANÇA acredita na criatividade e no talento intrínseco, dos Portugueses, como veículos transformadores e diferenciadores do tecido produtivo português, pelo que defende políticas com as seguintes orientações:

- ▶ **Afirmar Portugal como um centro de excelência na economia do conhecimento** através de uma forte campanha estratégica destinada a divulgar um país inovador, tecnológico, dinâmico, com investigadores e universidades distinguidas internacionalmente e amigo do empreendedorismo, da criatividade e da inovação;
- ▶ **Reforçar a presença de Portugal em iniciativas e programas internacionais de I&D** para divulgar projetos e produtos inovadores, de qualidade e reconhecido mérito e fomentar através da diplomacia externa o estabelecimento de parcerias com centros de excelência da comunidade científica internacional e com empresas de I&D e tecnológicas líderes nos setores em que operam;
- ▶ **Criar uma plataforma colaborativa que sirva de rede de conhecimento**, disponível para partilha, divulgação e interação, de todos os atores - empresas, indústrias, cientistas, investigadores, universidades e alunos, centros de conhecimento e investigação. Esta plataforma servirá também para que a atividade dos centros de Investigação seja orientada para as necessidades das empresas, contribuindo para a produtividade e a inovação produtiva e aumentando o potencial das exportações portuguesas. Numa palavra, dar um rumo estratégico, pragmático e útil a toda a atividade de investigação e desenvolvimento;
- ▶ **Criar condições para aumento do investimento nas áreas da Inovação, Investigação e Desenvolvimento, com a ambição de 3,5 % até 2025**, contando com o esforço conjunto do setor empresarial e do setor público e de todos os agentes económicos e sociais, criando mecanismos facilitadores, sobretudo em áreas estratégicas e prioritárias como seja a saúde, o medicamento, o mar o ambiente e a energia, entre outras;
- ▶ **Rever a organização e funcionamento das unidades de investigação e os laboratórios do Estado, tornando-os mais colaborativos** e assegurando a utilidades prática dos seus programas e linhas de investigação que prosseguem. Pretende também garantir-se a concertação das suas atividades de modo a obter economias de escala, partilha de custos de estrutura e eliminar eventuais duplicações nas respetivas atividades;
- ▶ **Promover a interligação e parcerias entre as Instituições Públicas e Privadas**, maximizar o valor criado, através duma melhor definição do seu escopo de trabalho, promovendo a

especialização e complementaridade ao invés de concorrência que é adversa às sinergias que o setor pode proporcionar;

- ▶ Fomentar **uma cultura transversal de inovação e empreendedorismo**, a começar nos primeiros anos da escola aproximando as crianças e jovens dos profissionais do setor de forma a incentivar o gosto e estimular o interesse pelo aumento do saber;
- ▶ **Incentivar a investigação realizada nas empresas** e por todos os agentes e setores produtivos, em estreita colaboração com as universidades e com os centros de conhecimento, promovendo a criação de departamentos de inovação empresarial e industrial, garantindo a capacidade de criação de novos produtos e serviços e, conseqüentemente, a melhoria da sua produtividade e capacidade exportadora;
- ▶ Agilizar e simplificar os processos de licenciamento de propriedade Intelectual e Industrial, de **marcas, invenções, tecnologia, patentes e inovações industriais**, garantindo a retenção do valor acrescentado criado no País.

## A Cultura e as Artes são o veículo da promoção do ser humano como “Produtores de Cultura” livres mas com responsabilidade

A ALIANÇA assume a Cultura como um setor essencial e transversal, na execução de todas as políticas setoriais, sempre orientadas para o primado da Pessoa, do seu desenvolvimento enquanto ser humano, e da sua felicidade e bem-estar, como condição para uma vida harmoniosa em sociedade, com espírito livre, inspirado e abnegado em benefício do próximo.

Acreditamos que hoje, e cada vez mais, em consequência de uma sociedade robotizada, digital e impessoal, **a cultura assume uma superior importância**, na criação e preservação dos laços entre o passado e o futuro e na promoção das relações humanas, criativas e solidárias.

Acreditamos numa Política Cultural que tem como primeiro objetivo **“a promoção do ser humano como produtor de cultura”**.

O Estado deve estimular e apoiar a criação cultural, aceitando e reconhecendo a pluralidade das suas expressões inovadoras, indispensáveis à concretização da missão criativa e sem preconceitos.

**Mas é necessário um inteligente e sabedor equilíbrio** para que a promoção e o apoio as atividades culturais não se perverta num pernicioso estímulo ao comodismo e proteção material, que sempre conduzirá, à mediocridade e dependência, que o “encosto” ao Estado irremediavelmente conduz a natureza humana.

Esta, é uma abordagem chave, de todo o processo cultural, pela simples razão de que, não raro, se confunde a ação do ser humano enquanto criador de cultura com a máquina administrativa e burocrática que a apoia e financia.

É com este enquadramento e à luz daquele objetivo – ser humano produtor de cultura - que se deve aprofundar a afirmação de que o Estado deve partilhar responsabilidades a nível de investimentos na área da cultura e incentivar a ação de agentes privados, empresas, criadores culturais, fundações, universidades e associações.

A ALIANÇA defende que os agentes antes referidos, **parceiros promotores da política cultural, não podem sobrepor-se ou limitar a génese criativa dos “produtores de cultura”**, usando para isso a ascendência administrativa que lhes é conferida por razões organizacionais e hierárquicas.

Numa perspetiva complementar, mas não contrária ao acima exposto, é muito importante que o Estado e as Autarquias façam **um acompanhamento rigoroso dos investimentos, e atividades apoiadas**, com a convicção de que a racionalização de recursos deverá ser uma prioridade assegurada por uma gestão profissional e rigorosa.

Com verdade, e sem rodeios, o *produtor de cultura*, pela sua natureza ímpar, de espírito livre e estrutura criativa, é geralmente adverso ao rigor da aritmética.

É um exercício difícil, aquele que aqui se defende. **Naturezas antagónicas, que têm de se harmonizar, para concretizar uma Política de Cultura rica em produção artística**, mas responsável na gestão de recursos. Difícil, mas possível. Como se disse acima com inteligência, sabedoria e sensibilidade.

A ALIANÇA considera que a **Lei do Mecenato Cultural**, criada em 1987, necessita de ser revista de forma a devolver-lhe a essência da sua versão primitiva.

Na verdade, desde então e ao longo dos últimos anos esta lei foi sendo desvirtuada, designadamente através dos OE criando um regime especialmente favorável para as iniciativas culturais do próprio Estado “secando” os recursos disponíveis dos patrocinadores privados para projetos autónomos.

Concretamente, os benefícios fiscais acessíveis aos Mecenias são maximizados quando o financiamento se destina ao Estado e entidades públicas em detrimento dos legítimos interesses dos agentes culturais privados, igualmente produtores de cultura.

A ALIANÇA percebe, mas não concorda, com esta abordagem, que mais não serve para que o Estado se exima, das suas responsabilidades orçamentais, numa forma ínvia, e contrária ao espírito da Lei do Mecenato, através da força do seu poder, e inviabilizando a participação de outras agentes e entidades de âmbito cultural.

**O Estado deve partilhar responsabilidades a nível de investimentos na área da cultura** e incentivar a ação de agentes privados, empresas, fundações, universidades e associações.

A ALIANÇA considera também que a Direção Geral das Artes deve ser repensada no âmbito das suas atribuições e orientações, adequando as suas regras e funcionamento aos tempos de hoje, tornando-a mais eficiente, dinâmica e atualizada face ao mundo globalizado em que Portugal se insere. Como exemplo, refira-se que os apoios concedidos por esta DGA estão limitados a cidadãos e entidades coletivas de nacionalidade Portuguesa ou residentes em Portugal, o que inviabiliza a angariação de projetos culturais quando os mesmos sejam promovidos com investimento estrangeiro, não obstante o seu benefício para a divulgação e promoção da cultura Portuguesa.

**A ALIANÇA acredita que uma boa política de cultura tem que ser descomplicada, descomplexada, e agregadora** de todos os agentes de cultura, independentemente de serem, ou não, apoiados pelo Estado. À semelhança do investimento produtivo, a Cultura pode e deve contar com investidores e patrocinadores nacionais e estrangeiros sem complexos e sem receios.

## Património Nacional e os Portugueses

**Portugal detém um Património material e imaterial de riqueza incalculável**, presente em todas as geografias, em que marcou a história do Mundo. No Oriente, em África na América, e durante estes 900 anos de história por onde passaram, **os Portugueses deixaram marca**.

Marcaram os territórios com a sua **arquitetura** e marcaram os povos com a sua **religião, a língua, os costumes, a gastronomia, a música a arte e a literatura**. E onde estiveram, os Portugueses deixaram o **nome honrado de Portugal e deixaram saudades**.

Todos nós, Portugueses de hoje, temos a responsabilidade de **garantir a eternidade deste património** próprio bem como daquele que ficou no nosso território deixados por todos aqueles que antes e apos a Nacionalidade aqui estiveram, por melhores ou piores razões.

A ALIANÇA encara com muito respeito esta superior obrigação de **salvaguarda e valorização do património** português tirando partido da sua divulgação, da sua conservação e restauro.

Muito há ainda por fazer, a reabilitação e valorização das aldeias, dos centros históricos, da arqueologia, do artesanato, das tradições locais e de todas as manifestações culturais que sejam marcas de território únicas no Mundo.

Consideramos muito importante a sua identificação integral, através da sinalização e criação de pequenos centros de interpretação por todo o País criando, havendo espólio relevante, museus que permitam a exposição e recriação de histórias e feitos.

A ALIANÇA dá o exemplo da necessidade de construção de um Museu Nacional de Arqueologia, que há 100 anos está em local provisório no Mosteiro dos Jerónimos, e que poderá acolher todo o espólio do antigo Centro Nacional Arqueologia Náutica e Subaquática. **É uma ambição que queremos concretizar com fundos comunitários e fora dos grandes centros urbanos.**

**O Património somos nós, os Portugueses imortais**, que temos de estimar e conservar para deixar aos que nos sucederem entregando todo o historial genético que se traduz na nossa identidade.

A ALIANÇA defende por isso que o Património deve ser estimado e valorizado também, porque continua a representar, uma fonte de atividade económica na área da cultura, muito relevante, que não podemos desperdiçar e com as seguintes linhas de atuação:

- ▶ Aposta na *divulgação e valorização da língua Portuguesa* junto da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e em todo o Mundo onde se fale Português;
- ▶ **Fomentar parcerias culturais**, entre entidades portuguesas e congéneres do resto do Mundo criando dinâmicas de exposição e divulgação do património e da cultura portuguesa no estrangeiro, aproveitando a rede diplomática residente, rentabilizando o legado cultural do nosso País;
- ▶ **Promover o aproveitamento do património devoluto**, improdutivo ou subaproveitado do Estado dando-lhe novos usos;

- ▼ **Um bom aproveitamento de fundos comunitários**, contribuindo para a recuperação do património histórico e consolidação de iniciativas e focos culturais, contribuindo em simultâneo para atenuar as diferenças regionais valorizando o interior.

## Comunicação Social um Serviço Público Isento, Transparente e ao Serviço do Cidadão e a Diáspora

A ALIANÇA é um partido novo, assente na complementaridade do uso das novas e modernas tecnologias, com os meios de comunicação ditos tradicionais. Um partido atento a todas as formas de comunicação e que visa criar um elo de ligação permanente com todos os Portugueses.

A atuação da ALIANÇA e o seu posicionamento junto da sociedade civil deve privilegiar as novas plataformas de comunicação, permitindo adotar um caminho assente na comunicação direta.

A ALIANÇA baseia a sua ação numa política de proximidade, que garanta o envolvimento de todos, através de **plataformas colaborativas e participativas, num modelo de total abertura à sociedade**, privilegiando a cidadania interativa propiciada pelo uso responsável das redes sociais.

**A ALIANÇA defende a liberdade de expressão**, de pensamento e de opinião enquanto vertentes fundamentais da realização da pessoa humana, numa democracia liberal e numa sociedade aberta como é a portuguesa.

**O Estado deve abster-se de querer regular ou intervir neste âmbito das liberdades públicas** o que, nomeadamente, implica repensar o modelo de funcionamento da Entidade Reguladora Para a Comunicação Social e garantir a não ingerência estatal nas atividades de comunicação social sob forma empresarial, salvo nas situações em que o Estado é acionista único ou detém participação na respetiva gestão.

**Somos favoráveis a um serviço público de audiovisual**, mais atento a conteúdos, **menos pesado empresarialmente e não dependente em exclusivo de dinheiros públicos** mesmo que pela via da substituição tributária.

As mudanças na cadeia de valor da indústria de televisão, os media e os conteúdos, os novos desafios, o futuro da imprensa e da rádio ou o recurso às novas plataformas tecnológicas fazem inequivocamente parte de uma ponderação séria que a Aliança defende dever ser realizada por especialistas e responsáveis públicos e privados, em conjunto com a sociedade civil.

Esta constatação tem claros reflexos na sociedade e no mercado, ou seja, nos mecanismos de procura e de oferta. A Aliança pauta-se, neste domínio, por uma **atenção à Mudança, tendo em consideração o novo contexto tecnológico e financeiro dos diversos operadores** e do mercado, sem quaisquer derivas intervencionistas ou “iluminadas” que tão maus resultados produziram sempre que foram tentadas.

Tal Mudança exige que o Estado garanta, de forma inequívoca, **uma concorrência transparente e, sobretudo, o acesso de todos os Cidadãos aos conteúdos**, incluindo a informação, seja qual for a plataforma tecnológica utilizada.

A ALIANÇA defende o alargamento da Televisão Digital Terrestre, através de mecanismos legais e concorrenciais, eventualmente às novas gerações de banda larga, para que ninguém seja excluído, particularmente por razões económicas, pelo que nos comprometemos, no plano legislativo e regulador, a combater qualquer tipo de discriminação.

Vivemos num País em que ainda persistem debilidades profundas no acesso à literacia comunicacional e em que os meios de comunicação tradicionais continuam a ser os mais utilizados por grande parte da população fora dos centros urbanos, já que aqui o recurso a outras plataformas está generalizada e é já um dado pacífico.

**A aposta na qualidade e na relação custo/benefício** dos produtos oferecidos deve ser realizada tendo em atenção o mercado, mas também a especificidade do serviço público e o desenvolvimento da sociedade.

A ALIANÇA entende que esta circunstância impõe aos gestores e aos profissionais dos *media* uma **responsabilidade acrescida perante a comunidade, na qual o reforço de uma auto - regulação ética tenderá**, pela natureza das coisas, a substituir modelos de regulação ultrapassados e sobretudo politizados.

É através dos meios de comunicação social, nas mais diversas plataformas e redes sociais, que os diversos poderes, as diversas instituições e a própria sociedade civil interagem.

A evolução das diversas instâncias de escrutínio público, que vão desde os media convencionais até aos blogs e às redes sociais, **obrigam a uma mudança de atitude. Esse é o verdadeiro desafio nas políticas públicas e privadas de comunicação social.**

**A Aliança quer uma sociedade Portuguesa mais aberta e cosmopolita.** E, conseqüentemente, uma **sociedade mais exigente e mais crítica.** Porque a liberdade de expressão é garantida por existir espaço público e cívico onde todos podem dizer e escrever coisas diferentes.

De acordo com a nossa Declaração de Princípios, a Aliança privilegia relações com **a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Usamos uma língua que abrange mais de duas centenas e meia de milhões de pessoas. Esse facto tem implícita a necessidade de os media nacionais atuarem no mercado, e junto da sociedade, como mais um veículo de transmissão desse valioso património imaterial e civilizacional.

A ALIANÇA entende ser fundamental que todas as plataformas e todos os operadores se empenhem na tarefa de levar a língua de Camões a todos aqueles, nacionais ou não, mas com este riquíssimo património linguístico comum, que trazem “a vida pelo mundo em pedaços repartida”.

**A língua Portuguesa é fator de união**, sem tergiversações paternalistas anacrónicas, que importa incentivar e promover através de todas as plataformas e redes de comunicação social e cultural.

**A ALIANÇA concebe o Portugal democrático e europeu do século XXI** como uma nação capaz de lutar por uma sociedade mais cosmopolita, coesa e solidária, liberta de tentações periféricas ou de marginalidade relativamente aos centros de prosperidade e de progresso do mundo globalizado. O papel da comunicação social para alcançar este feito é determinante, numa postura que implica uma total isenção e imparcialidade face ao poder político.

## Capítulo IV Estado e Soberania

### Constituição. Sistema de Governo e Sistema Eleitoral

#### Uma nova estratégia para reforçar a Democracia e a Confiança dos Portugueses

A consolidação da democracia em Portugal, instaurada a 25 de abril de 1974, exige um olhar atento sobre os mecanismos e as formas de participação dos cidadãos no processo de tomada de decisões públicas.

O crescimento exponencial da abstenção eleitoral registado nas últimas décadas demonstra um progressivo afastamento dos Portugueses relativamente ao sistema político, mais concretamente, em relação aos partidos políticos, edificados num sistema fechado e pouco permeável à participação da sociedade civil. O aumento da abstenção eleitoral é transversal a todos os atos eleitorais, **correspondendo a uma tendência progressiva de afastamento dos eleitores** da forma mais impactante de participação política – o voto.

**Perante o desencanto com o sistema político**, com os partidos e os diversos atores políticos, urge atuar e caminhar num processo de maior responsabilização dos eleitos e de maior proximidade entre estes e os eleitores.

A visão da ALIANÇA assenta em 3 eixos fundamentais:

- ▶ Qualidade e Proporcionalidade da Representação
- ▶ A Governabilidade
- ▶ Qualidade da Democracia

O desafio passa por defender uma mudança efetiva da relação entre eleitos e eleitores e criar as bases para a melhoria das condições de governabilidade e funcionamento da democracia em Portugal.

## Qualidade e Proporcionalidade da Representação

Portugal apresenta, desde a aprovação da Lei Eleitoral para a Assembleia da República (14/79 de 16 de maio) um sistema eleitoral proporcional. No entanto, mesmo os sistemas proporcionais apresentam significativos desvios na proporcionalidade, seja pela opção pela fórmula eleitoral, seja pela dimensão dos círculos eleitorais.

A **“falsa proporcionalidade” do sistema eleitoral Português** tem sido corroborada por um sistema fechado e dominado pelos partidos políticos, com pouca ou nenhuma margem de intervenção dos cidadãos na escolha dos seus representantes. De modo a combater a atual Partidocracia, **a ALIANÇA defende a implementação de um sistema que combine círculos uninominais**, permitindo aos eleitores escolher o seu representante na Assembleia da República, e um círculo nacional de compensação, visando assegurar a pluralidade partidária e a proporcionalidade do sistema eleitoral.

As eleições legislativas chegam a registar mais de 700 mil votos “desperdiçados”, uma vez que não são utilizados na conversão de votos em mandatos. Este “desperdício” é ainda mais evidente nos círculos eleitorais do interior do país, em virtude da reduzida magnitude eleitoral destes círculos. **Em democracia nenhum voto pode ser “desperdiçado”, todos os votos contam!**

A adoção de círculos uninominais visa **assegurar uma representação direta e um elo de ligação entre os eleitores e a Assembleia da República**. A possibilidade dos eleitores escolherem o seu representante responsabiliza os deputados de forma direta pela sua ação. Por sua vez, a adoção de um círculo nacional de compensação **visa assegurar a proporcionalidade do sistema eleitoral e a pluralidade partidária**, garantindo uma transição coerente e pacífica do atual sistema político eleitoral.

O **processo de melhoria da qualidade da representação** passa pela redução do número de deputados. Atualmente, com base no funcionamento do sistema político português e nas disposições existentes na Constituição da República, **é possível reduzir o número de deputados para 181** (para evitar empates técnicos), assegurando a distribuição destes pelos círculos uninominais e pelo círculo nacional de compensação. Com esta redução, pretende-se garantir uma melhor operacionalização dos trabalhos na Assembleia da República e fomentar uma igual participação dos deputados no decurso das sessões plenárias e trabalhos parlamentares.

O exercício do mandato de deputado deve ser encarado **como um serviço que se presta ao país e não como uma profissão**. Defendemos a **limitação de mandatos para os deputados, com um total de 3 mandatos (12 anos)**, permitindo a renovação da classe política e o fim do “carreirismo político” na Assembleia da República.

A melhoria da qualidade da representação exige um rigoroso processo de controlo das atividades dos deputados. A ALIANÇA defende a introdução de mecanismos biométricos de controlo da presença dos deputados. **A Casa da Democracia deve ser o exemplo em termos de honestidade, meritocracia, rigor e transparência**. A ação dos deputados deve pautar-se pelo superior interesse público, pelo que se exige um alargamento do regime de incompatibilidades do Estatuto dos deputados. O mandato deve ser exercido com total imparcialidade e transparência!

**A reforma do sistema político e eleitoral** deve ser realizada tendo por base um princípio elementar para o desenvolvimento do país: **a coesão territorial. Nesse sentido, defendemos a criação do Senado, passando o sistema político Português a ser bicameral**. A criação do Senado será efetuada para permitir a representação das diferentes regiões do país, promovendo a proximidade entre eleitos e eleitores. Durante largos períodos da sua história Portugal apresentou um sistema bicameral, sendo que diversas democracias consolidadas, em vários continentes, apresentam Parlamentos Bicamerais. O número de Senadores será determinado em função da redução do número de deputados na Assembleia da República, **não se verificando com esta alteração um aumento do número de representantes**.

## **A Governabilidade**

O caminho percorrido pela democracia Portuguesa espelha uma instabilidade crónica dos executivos, verificando-se uma dificuldade acentuada para o cumprimento dos mandatos. A estabilidade dos governos foi sendo progressivamente colocada em causa, tanto pela intervenção dos diversos Presidentes da República, como pela ausência de consensos no quadro parlamentar Português.

O sistema político e eleitoral Português é caracterizado por um ambiente sistemático de campanha eleitoral. **Importa estabelecer um quadro de normalidade na vida política e de criação de um ambiente propício ao delinear de políticas públicas a médio / longo prazo.** Para tal, exige-se uma política de consensos e de verdadeiras alianças. Uma política de compromissos, alicerçada no envolvimento de todos os Portugueses.

**O modelo de governos de coligação é habitual em toda a Europa,** constituindo a política de consensos uma ferramenta eficaz para compromissos que extravasam o período das legislaturas. Os partidos políticos devem estar à altura desta responsabilidade.

A estabilidade associada ao exercício das funções governamentais é **um elemento chave para o sucesso de qualquer executivo.** A estabilidade deve ser assegurada em todos os domínios de funcionamento da sociedade, pelo que devem ser realizados esforços no sentido de ampliar os acordos no âmbito da concertação social.

O Governo responde perante o Parlamento, o Presidente da República e o conjunto dos Portugueses. A visão da ALIANÇA é uma visão otimista e alicerçada no modelo que defendemos para o país – um Portugal moderno, desenvolvido, **assente na meritocracia e na igualdade de oportunidades.** Um Portugal que honre a sua história e abrace os desafios do futuro.

## Qualidade e Legitimidade da Democracia

O atual nível de desenvolvimento e crescimento do país está bem longe das potencialidades e das expectativas dos Portugueses. **Todos temos a responsabilidade de contribuir para a afirmação de Portugal no contexto Europeu e no contexto da Lusofonia.** A consolidação da Democracia Portuguesa é um imperativo nacional e que deve obrigar todas as forças políticas e a sociedade civil a um esforço conjunto para a defesa dos valores e princípios democráticos.

O reforço da legitimidade da Democracia faz-se através da defesa intransigente de **um sistema que premeie os melhores e mais capazes da Nação,** que combata, de forma sistemática, a corrupção, e que assente a base fundacional do sistema político na relação entre eleitos e eleitores.

O envolvimento dos cidadãos, e mais especificamente das novas gerações, na definição das políticas públicas é crucial. **É preciso ir ao encontro das novas gerações,** através de novas formas de comunicação, de modo a garantir o seu envolvimento da política. A ALIANÇA envidará esforços de sentido

de reforçar as plataformas de comunicação entre os órgãos de poder e a sociedade civil, baseando esta ação na transparência e na total abertura do sistema político à sociedade.

A Democracia não é uma conquista volátil ou afeta a um único momento histórico, **a Democracia deve ser uma conquista diária, através da ação exemplar dos nossos representantes** e através do exercício de uma cidadania ativa, consciente, responsável e participativa.

A proximidade entre eleitos e eleitores é um dos mecanismos determinantes para o reforço da qualidade da Democracia, bem como a promoção do mérito no recrutamento dos melhores da sociedade civil para o exercício de funções públicas.

**A consolidação da democracia Portuguesa exige um compromisso geracional**, o empenho de todas as forças políticas e setores da sociedade civil e um olhar atento sobre os modelos de participação política existentes em outros países.

Na linha da nossa Declaração de Princípios e dos Valores que orientam a nossa ação, defendemos:

- ▶ A introdução de círculos uninominais, permitindo a escolha direta do nosso representante na Assembleia da República e a existência de um círculo nacional de compensação, garantindo a proporcionalidade do sistema eleitoral;
- ▶ A criação do Senado, segunda Câmara, de modo a promover a maior representatividade territorial nos órgãos de soberania;
- ▶ A redução do número de deputados em número superior aos membros do Senado;
- ▶ A limitação de mandatos para deputados, com o objetivo de assegurar uma renovação dos agentes políticos;
- ▶ O reforço do regime de incompatibilidades, assegurando o exercício do mandato de deputados com a maior isenção e transparência possível;
- ▶ Reforço das plataformas de comunicação entre eleitos e eleitores, fomentando uma maior participação dos cidadãos na vida política;
- ▶ Compromisso com a formação para a cidadania.

Portugal precisa de um sistema político moderno, flexível e adaptável aos desafios da contemporaneidade. A “reforma adiada” nas últimas décadas constitui um dos maiores desafios à consolidação da nossa Democracia. A ALIANÇA assume o compromisso de liderar o debate em torno da reforma do sistema político e eleitoral!

## Defesa Nacional e Segurança, áreas estratégicas da Soberania Nacional requerendo um permanente acompanhamento e adaptação face a conjuntura Europeia e Internacional

### **Defesa Nacional**

Portugal está livre de ameaças existenciais. As potenciais ameaças que Portugal enfrenta não colocam em causa a sua soberania, o seu território, nem mesmo a sua liberdade de ação política, e só justificam o empenhamento da força militar em fronteiras distantes, em conjunto com outros Estados, no quadro da OTAN (NATO), da União Europeia (UE) e da Organização das Nações Unidas (ONU), no sentido de que determinadas ameaças não cheguem perto.

O emprego da força militar em fronteiras distantes, no quadro de alianças, e a defesa perante eventuais ameaças existenciais no futuro, são as razões que justificam manter as Forças Armadas (FA); são um “seguro” que demora a edificar, ou a tornar eficaz. Esta situação permite que os recursos atribuídos às Forças Armadas sejam os mínimos que permitam manter as ameaças longe, explorando a divisão do trabalho estratégico e operacional entre aliados e a edificação rápida de dispositivos de defesa face a ameaças existenciais.

As FA têm a posse das armas mais poderosas da Nação e do Estado e, num Estado de Direito Democrático, só podem fazer uso das suas capacidades por decisão dos órgãos de soberania, nos termos da Constituição e da lei, no respeito da vontade do poder soberano, o povo; é isto a supremacia civil constitucionalmente consagrada, que condiciona o exercício de diversos direitos e liberdades dos militares. A concretização plena da supremacia civil, e a concentração dos militares das FA nas missões e tarefas de defesa militar da República Portuguesa contra ameaças externas, como estabelece a Constituição (CRP), ainda têm passos a dar, os quais ajudarão a aumentar a eficácia e a eficiência das mesmas FA.

### **Segurança**

Os Estados de Direito Democráticos tendem cada vez mais a ver as questões de segurança na ótica da segurança humana e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Tal enquadramento traduz-se, desde logo, no mínimo recurso ao uso da força, o qual deve ser escasso mas muito determinado nas

poucas ocasiões em que se justificar; a par, numa regulação assente, primeiro no apelo à tolerância entre as pessoas e, depois, na lei e na mediação, isto perante conflitos em concreto.

As Forças e Serviços de Segurança de Portugal dispõem atualmente, em conjunto, de um efetivo de 44.000 elementos, que representa uma despesa de 1 625 350 750,00 Euros no Orçamento de Estado (OE) (7,7% da despesa total com pessoal na Administração Pública).

O sistema de segurança interna implantado em Portugal está a evoluir tal como em outros Estados de Direito Democráticos, existindo, todavia, ainda passos a dar. Em especial, a segurança nos espaços marítimos ainda funciona na prática fora do modelo constitucional e há que a integrar no modelo pós-1982, no sentido do aproveitamento dos recursos e apoio técnico que a UE tem disponibilizado, também a Portugal, e para permitir o aumento da interoperabilidade com outros serviços europeus no âmbito do Frontex (Agência Europeia da Guarda Costeira e de Fronteiras).

A par, e na mesma linha de boa gestão da coisa pública, urge conceber um novo modelo organizacional, que possa elevar consideravelmente os níveis de eficiência e economia da estrutura organizacional das Forças e Serviços de Segurança em Portugal. Com efeito, a dualidade/duplicação de atribuições atualmente cometidas à GNR e à PSP, as quais diferem apenas em razão do território, não se constitui como uma mais-valia para o Sistema de Segurança Interna (SSI), antes representando a persistência num modelo que não se afigura como eficaz, económico e eficiente.

Neste quadro a ALIANÇA aponta, entre outras, as seguintes medidas:

- ▶ A Promoção de uma forte colaboração e integração da Proteção Civil com as demais forças de segurança, reforçando a sua capacidade de atuação, assegurando também o seu apetrechamento com os equipamentos e meios adequados à proteção do património, das pessoas e dos bens;
- ▶ A aposta na qualificação e capacitação dos Bombeiros Voluntários, a quem tanto devemos, dando-lhes condições para que possam executar com mais segurança, mais conhecimentos e mais condições, o serviço inestimável que prestam à Pátria, tantas vezes timidamente reconhecido;
- ▶ Criação da Guarda Marítima, civil, uniformizada e armada, chefiada por um diretor nacional, a integrar no ministério responsável pelos assuntos do mar;
- ▶ Profissionalização do salvamento marítimo costeiro e no domínio público marítimo e atribuição desta missão aos serviços da Proteção Civil;
- ▶ Incremento da utilização de modernos sistemas de tecnologia avançada de vigilância marítima e aérea, da Zona Económica Exclusiva de Portugal e dos restantes espaços marítimos por intermédio de UAV (*drones*);

- ▶ Um novo Modelo Organizacional das Forças e Serviços de Segurança no âmbito terrestre, complementar das propostas em sede de segurança nos espaços marítimos, assente na racionalização das estruturas atualmente duplicadas na PSP, na GNR e no SEF e no sentido do aumento substancial de patrulhas e giros de policiamento em todo o território continental e regiões autónomas, libertando elementos para reforço da atividade operacional e que conduza à mitigação das situações de “rivalidade” e discriminação pela delimitação na atuação territorial, sendo o mesmo complementado por um novo enquadramento e redefinição de competências dos Serviços de Informações;
- ▶ Formulação de uma lei de programação de segurança interna, para refletir o planeamento plurianual das despesas de capital nas forças e serviços de segurança.

## Finanças e Administração Pública, um equilíbrio que tem de começar com o exemplo do Estado na Gestão Eficiente dos Recursos e na redução do Endividamento Público

A ALIANÇA considera que o Governo de Portugal deve garantir a existência de Finanças Públicas equilibradas enquanto elemento basilar de estabilidade e promoção de crescimento económico.

Consideramos esta questão essencial não só em virtude da nossa experiência bem recente de total irresponsabilidade na atividade governativa que nos colocou numa posição de fragilidade, durante muitos anos, como também numa ótica mais inteligível de gestão do interesse nacional, antagónico aos interesses que têm por ação ou omissão permitido que esta lamentável “gestão” pública nos tenha conduzido ao último resgate financeiro.

Esta posição de fragilidade é bem evidente pelo desmesurado crescimento da nossa dívida pública, que se traduz na evolução do rácio da dívida pública sobre o PIB de cerca de 65% em 2004 para cerca de 125% em 2017.

Tendo por base dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), de 1998 a 2018, Portugal cresceu em média 1,07% ora um valor inferior à média da zona Euro que no mesmo período cresceu 1,53%.

Neste mesmo período, em média, a Espanha cresceu 2,15%, a Irlanda cresceu 5,41%, a República Checa 2,67%, a Hungria 2,5%, a Polónia 3,79%, a Eslováquia 3,72%, a Eslovénia 2,6%, a Roménia 3,34%, a Bulgária 3,55%, a Bélgica 1,66%, a Finlândia 1,95% e a Holanda 1,88%.

Se soubermos fazer as escolhas certas, superaremos de forma clara e determinada as nossas fragilidades atuais, para o efeito precisamos de soluções novas, soluções de futuro, que garantam que esta trajetória consistente de crescimento anémico e aumento da dívida pública, simplesmente, não volte a acontecer.

Por esse motivo, a disciplina orçamental é absolutamente vital para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas e por essa via as necessárias condições para o crescimento económico. Estamos bem cientes que o nosso contexto atual encerra um amplo conjunto de desafios que deverão ser adequadamente geridos até melhorarmos as nossas condições de financiamento externo.

Para esse fim é essencial reduzir rácio da dívida pública sobre o PIB por via do crescimento económico, e por via de uma “reinvenção do Estado” que assegure uma gestão eficiente de todos os recursos públicos e assim segregar, claramente, os domínios técnicos e políticos tendo em vista o crescimento da economia, eficiência e eficácia na prestação de serviços, desonerando por essa via as Pessoas e as Empresas.

Defendemos a “reinvenção do Estado” procurando estabelecer alianças políticas de amplo consenso que determine quais os setores estratégicos que devem justificar (ou não) a presença direta do Estado.

Existe um conservadorismo vigente relativamente a esta matéria, talvez por complexos do passado, lamentavelmente, confundimos o absolutamente desnecessário autoritarismo com a essencial autoridade do Estado.

Essa autoridade tem de estar fundamentada numa relação de confiança entre o Estado e as Pessoas, essa relação não pode estar confinada a uma declaração fiscal por contrapartida de um conjunto de serviços públicos que por vezes funcionam, outras vezes não.

A ALIANÇA está focada nos interesses legítimos das Pessoas, enquanto elemento central da ação política, na liberdade das escolhas, na política da verdade, na política responsável e nas suas legítimas preocupações.

Neste contexto a ALIANÇA pretende estudar e apresentar políticas públicas com as seguintes orientações estratégicas:

- ▶ Estabelecer um limite máximo de endividamento público em função do PIB o qual só pode ser alterado por maioria qualificada da Assembleia da República;
- ▶ Reforço das competências do Conselho de Finanças Públicas que no âmbito do acompanhamento das contas públicas deverá alertar, tempestivamente o Governo, a Assembleia da República e o Presidente da República sobre o risco de eventual resgate financeiro e acompanhar, dando parecer, sobre os planos de contingência;

- ▶ A Ambição de reduzir o rácio da dívida pública sobre o PIB de forma muito significativa em, no mínimo, duas legislaturas (2026);
- ▶ Proceder a uma reorganização dos serviços da Administração Direta e Indireta do Estado, garantindo a simplificação de processos e a desmaterialização dos mesmos e adaptando a estrutura atual das entidades e organismos face à nova realidade que contempla a descentralização de serviços para as Autarquias, acompanhada das respetivas verbas;
- ▶ Por um lado fazer um levantamento exaustivo de comissões, institutos, direções, e entidades no âmbito do SEE e dos organismos desconcentrados da Administração Central, que possam ter missões concorrentes e sobreposições de objeto, incorrendo em custos que não trazem valor acrescido;
- ▶ A necessidade de limitar a utilização do OE como veículo de alterações fiscais e estabelecer um prazo longo de estabilidade fiscal o qual requer 2/3 dos votos da Assembleia da República para que seja alterado;
- ▶ Um grande foco na simplificação de todo o sistema fiscal e a criação de uma conta corrente do contribuinte onde se indique qual o montante de impostos, taxas e multas cobradas e onde foi aplicado;
- ▶ Estudar as atividades desenvolvidas pelo Estado e criar mecanismos que assegurem a avaliação do seu desempenho;
- ▶ Potenciar as atribuições da ESPAP e criando condições para que possa assegurar a obtenção de economias de escala nas contratações de bens e serviços para todo o Estado;
- ▶ Estudar as vantagens e inconvenientes de reestruturar as entidades de supervisão nacional, por exemplo a fusão de todas as entidades supervisão financeira (BdP, CMVM e ASF) e eliminação de estruturas redundantes;
- ▶ Harmonização dos modelos de prestação de contas semestral de todas as empresas do Setor Empresarial do Estado e Setor Público Administrativo permitindo um acompanhamento efetivo e rigoroso através da uniformização da classificação contabilística.
- ▶ Análise de todas as entidades da administração pública e do setor empresarial do Estado, garantindo uma correta segregação entre a esfera técnica e política, garantindo a estabilidade do corpo técnico e administrativo de suporte às áreas da governação;

- ▶ Eliminar atos e procedimentos inúteis e sobreposições de competências injustificadas entre várias entidades públicas, o que representa mais do que um desperdício de meios e recursos, um adicional de complexidade e ineficácia;
- ▶ Em sequência proceder a uma reorganização dos serviços da administração direta, indireta e setor empresarial do Estado e informatizar amplamente os processos e procedimentos contribuindo no futuro para a desmaterialização e possibilidade de descentralização de serviços sem custos de transferência para as autarquias;
- ▶ Promover a harmonização de processos e procedimentos autárquicos de licenciamento de forma a garantir a uniformização e a simplificação de processos no todo nacional;

## Justiça a Reforma da Trave Mestra para uma Democracia Adulta e Responsável

A Aliança defende uma Justiça com um sistema moderno, próximo dos cidadãos e dos agentes económicos, uma Justiça que funcione, que seja estável e confiável. Apesar das diversas reformas efetuadas, a realidade mostra-nos um sistema judicial moroso, dispendioso, complexo e ineficaz.

O modelo judiciário é obsoleto, pelo que a ALIANÇA defende uma reforma profunda que permita a sua modernização e, simultaneamente, se adapte de forma rápida e eficiente às exigências económicas e sociais do futuro.

A Justiça deve estar, em primeiro lugar, ao serviço dos direitos dos cidadãos, não podendo constituir um entrave ao desenvolvimento do País. A celeridade e a confiança nas decisões judiciais constituem pilares fundamentais para a edificação de um sistema baseado na integridade e na meritocracia. A gestão processual e de recursos assume, assim, particular relevância.

A Justiça deve pautar-se pelos princípios da simplicidade, eficiência, celeridade, qualidade e especialização. Para tal, a ALIANÇA adotará, entre outras, as seguintes medidas:

- ▶ Harmonização legislativa, com uma revisão da legislação adjetiva e substantiva face à prática e evolução da sociedade. A sociedade deve compreender a lei, esta deve ser simples, estar acessível e permitir a sua fácil adaptação à evolução económica e social;
- ▶ Atualização da lei do Tribunal Constitucional visando, nomeadamente, evitar que parte dos recursos não sejam apreciados com fundamento em meros requisitos formais;

- ▶ Reforma da Jurisdição Penal visando uma humanização da legislação penal, a descriminalização de crimes considerados “menores” e um eficaz combate à criminalidade, à corrupção e à criminalidade económico-financeira;
- ▶ Regulamentação da averiguação preventiva no âmbito da Lei do Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, visando a transparência, proporcionalidade e celeridade da mesma;
- ▶ Consolidar os inúmeros diplomas dispersos e regulamentar novas matérias, evitando o vazio legal;
- ▶ Facilitar o acesso dos cidadãos ao Direito e à Justiça, revendo o Código de Custas Judiciais e promovendo debates públicos descentralizados sobre os problemas da Justiça;
- ▶ Reforma da Jurisdição Administrativa e Fiscal de modo a que os direitos dos cidadãos e das empresas sejam efetivamente assegurados.

**A ALIANÇA defende a desmaterialização total da Justiça**, adotando um modelo “paper free”, com vista a agilizar a tramitação judicial.

Defendemos o reforço da **utilização dos meios alternativos de resolução de litígios**, mantendo-se, no entanto, a competência dos Tribunais para a fiscalização da legalização das decisões. A implementação da arbitragem no âmbito dos conflitos individuais de trabalho representa um dos exemplos da simplificação e da agilização dos processos judiciais.

A evolução tecnológica deve permitir a generalização da **realização de inquirições de testemunhas com recursos a meios telemáticos simplificados**. De igual modo, devem ser permitidos testemunhos escritos, assegurando uma melhor preparação da audiência de julgamento e uma redução da duração da mesma.

A ALIANÇA defende **a revisão das garantias e Justiça Tributária**, permitindo o alargamento da figura do “Gestor do Contribuinte”, a revisão do Regime Jurídico da Arbitragem Tributária e criando juízos de “pequena instância tributária”, para julgar litígios referentes a contraordenações, execuções fiscais e outras matérias de menor complexidade. Estes contributos são alguns dos exemplos de uma política voltada para a simplificação e agilização da Justiça.

**A credibilização da Justiça** implica que à mesma seja reconhecida indubitável qualidade, devendo por isso, ser adotadas medidas que melhorem a qualidade legislativa, incrementem a especialização e formação contínua de todos os atores da Justiça, criem ou mantenham os tribunais especializados e

reavaliem o Estatuto dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público na ótica de uma maior flexibilização e especialização.

Um dos pilares de qualquer sociedade democrática é a separação de poderes. **A ALIANÇA defende a independência dos Tribunais**, pugnando pela clara autonomia do exercício de cada órgão de soberania. Qualquer pressão sobre o normal decurso dos processos judiciais será sempre inaceitável.

A ALIANÇA defende um modelo de reforma que garanta uma sociedade alicerçada nos princípios e valores da Justiça.

## Política Externa e Assuntos Europeus uma forte determinação na Defesa do Projeto Europeu e no reforço da afirmação de Portugal no Mundo

Portugal assume, na sua política externa, uma matriz Europeia e Atlântica. A afirmação de Portugal na Europa e no Mundo corresponde a um desafio aglutinador, através da promoção da língua portuguesa e da presença cultural e empresarial do país nos diversos pontos do globo.

A política externa define-se com base na história, nos interesses nacionais, no posicionamento geoestratégico, na situação política, económica e social do país, no sistema de alianças e na gestão da conjuntura internacional. A ação dos nossos representantes, na defesa dos interesses nacionais, deve pautar-se pelo amor à Pátria.

Portugal assume a sua identidade europeia, defendendo e promovendo um projeto europeu assente na coesão económica e social e no respeito pelas soberanias e identidades nacionais.

Portugal, como país atlântico, deve contribuir para o reforço da Aliança Atlântica, no respeito e desenvolvimento das relações especiais com os nossos aliados. Neste domínio exige-se um olhar específico para o Mar, como fator estruturante e influenciador da nossa política externa. O mar como vetor estratégico para o nosso desenvolvimento.

Com um legado histórico único, Portugal deve reforçar a sua presença e a cooperação no âmbito da CPLP e dos países com forte presença de comunidades Portuguesas e luso-descendentes. A diáspora Portuguesa é parte integrante da identidade nacional.

No âmbito da nossa política externa, a ação de Portugal deve assegurar as seguintes prioridades:

- ▶ A defesa do projeto europeu, afirmando uma nova atitude na Europa;

- ▶ O aprofundamento da dimensão atlântica do país;
- ▶ A aposta na geografia política e humana da língua portuguesa na CPLP e nas comunidades Portuguesas.

O caminho implica ter presente o atual quadro multilateral existente, com a necessidade de conhecer os princípios e as posições dos diversos Estados no contexto internacional. A posição de Portugal deve ser marcada pelo respeito pelo direito internacional e pela defesa dos direitos humanos.

A posição de Portugal deve assegurar o reforço das relações bilaterais, com a intensidade definida pelos nossos interesses geopolíticos, económicos ou pela conjuntura internacional, bem como assegurar a participação nas missões militares de manutenção de paz que contribuem para a nossa segurança e reforcem a capacidade de intervenção na área externa.

Um dos eixos centrais de atuação prende-se com o reforço e a promoção da diplomacia pública, informando a opinião pública e os decisores das razões e potencialidades da política externa e das oportunidades que abre à sociedade civil.

O atual contexto europeu, marcado por uma indefinição quanto ao futuro da União Europeia, por um crescimento do apoio eleitoral a soluções nacionalistas e extremistas e por uma sucessão de eventos que têm colocado em evidência as diferentes sensibilidades no seio da União (Brexit, pressão migratória, crise dos refugiados, fragmentação política, disparidade e ausência de coesão social e económica), exige das forças políticas moderadas um papel ativo na defesa dos valores que nortearam a criação da Comunidade Europeia.

Com uma nova atitude na Europa, Portugal deve liderar o debate em torno da necessidade de refundar o projeto europeu. O objetivo tem de ser claro: afirmar o lema “Unidos na Diversidade”, combatendo a ideia de uma Europa assente num mosaico de interesses políticos e estratégicos.

A Europa da liberdade, da solidariedade e da igualdade de oportunidades, deve ser construída com base numa perspetiva realista, permitindo:

- ▶ Melhor Europa antes de mais Europa;
- ▶ Valorizar o princípio da subsidiariedade, reforçando o papel dos órgãos nacionais, nomeadamente a Assembleia da República, em todas as matérias que possam ser decididas no contexto nacional;
- ▶ Completar a zona euro e a União Europeia e Monetária para assegurar estabilidade, solidariedade e coesão entre os diversos Estados;

- ▶ Afirmar os ideais da democracia, da justiça, da liberdade e do progresso económico, social e espiritual que são as forças mestras do humanismo que herdamos do cristianismo, do iluminismo e das três grandes revoluções ocidentais;
- ▶ Evitar uma Europa a várias velocidades, que pode acentuar a nossa dupla periferia ibérica e europeia;
- ▶ Aferir e defender políticas comuns na agricultura, comércio, indústria, ambiente, transportes e outros domínios, coerentes com os nossos interesses e parâmetros de desenvolvimento;
- ▶ Encontrar o desejável equilíbrio no processo da decisão comunitária que envolve Governos, Parlamento Europeu, Comissão e Parlamentos nacionais;
- ▶ Propor e defender novos instrumentos financeiros para reforçar a coesão como prioridade e pressuposto em todas as políticas europeias;
- ▶ Conciliar o post-Brexit com os nossos interesses, mantendo relações privilegiadas com o Reino Unido, nosso mais velho aliado;
- ▶ Compatibilizar no domínio da defesa e segurança o reforço do pilar europeu da NATO;
- ▶ Sublinhar e reforçar o papel da Europa como ator global, respeitando as identidades e os interesses dos Estados membros;
- ▶ Contribuir para definir e aplicar soluções realistas para as questões migratórias e dos refugiados, respeitando compromissos internacionais vinculativos e assegurando a distinção entre refugiados políticos e migrantes económicos;
- ▶ Afirmar a importância da cidadania europeia, partilhando a mesma com a cidadania nacional, o que permite a cada cidadão conhecer os seus direitos e exercê-los de forma plena e sem constrangimentos;
- ▶ Aproximar os eleitores da realidade europeia, defendendo uma maior participação nas eleições para o Parlamento Europeu e aproximando os eleitos europeus dos cidadãos nacionais.

A política europeia não deve ser um jogo de soma zero, em que os equilíbrios se compensam, mas um espaço solidário e de promoção do desenvolvimento em todos os territórios.

Portugal assume uma relevância significativa no contexto da política europeia e internacional. Importa ter uma visão estratégica que permita antecipar os desafios e traçar linhas de ação que defendam os nossos interesses e reforcem a nossa identidade e soberania nacionais.